UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AURILUCIA ARAÚJO GALENO

ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES DE ORIGEM BOLIVIANA PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CORUMBÁ-MS: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

CORUMBÁ/MS
2025

AURILUCIA ARAÚJO GALENO

ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES DE ORIGEM BOLIVIANA PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CORUMBÁ-MS: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Curso de Mestrado na Área de Concentração em Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestra.
Orientadora: Profa. Dra. Andressa Santos Rebelo.

CORUMBÁ/MS

2025

AURILUCIA ARAÚJO GALENO

Texto de dissertação intitulado **ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES DE ORIGEM BOLIVIANA PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CORUMBÁ-MS: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS**, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação – Curso de Mestrado na Área de Concentração em Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, à banca examinadora abaixo especificada, como requisito para obtenção do grau de Mestra. Aprovado em: 03/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Andressa Santos Rebelo (Orientadora)
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAN)

Dra. Aline Maira da Silva (Membro Titular)
(Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD)

Dra. Andreliza Cristina de Souza (Membro Titular)
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAN)

Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira (Membro Suplente Externo)
(Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

Dra. Aline de Novaes Conceição (Membro Suplente Interno)
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAN)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela minha vida, e por guiar os meus caminhos e as minhas decisões, que me permitiram chegar até aqui.

Agradeço à minha querida orientadora, Dra. Andressa Santos Rebelo, por me acompanhar nesta caminhada acadêmica que teve início ainda na graduação, na minha iniciação científica, agradeço a sua dedicação, paciência, e principalmente por todo o conhecimento compartilhado durante todos esses anos. Suas orientações foram essenciais para que eu pudesse amadurecer e me constituir como pesquisadora.

Às professoras Dra. Aline Maira da Silva, Dra. Andreliza Cristina de Souza, Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira, Dra. Aline de Novaes Conceição, por aceitarem fazer parte da minha banca, e por todas as contribuições que fizeram para meu crescimento. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul do Câmpus do Pantanal, os quais proporcionaram um ensino de qualidade, colaborando direta e indiretamente para a conclusão desta pesquisa.

Sou imensamente grata à minha amada mãe, Vera Lucia, e ao meu avô Francisco, pelo incentivo e apoio, à minha avó Maria das Graças (*in memoriam*), que mesmo não sendo alfabetizada me ensinou sobre a importância da educação, foi quem me acompanhou nos meus primeiros anos de ensino e tornou meu ambiente escolar mais amoroso.

Agradeço meu companheiro, Pedro, pelo apoio, pela compreensão e, principalmente, por me acompanhar com toda sua paciência durante esses anos de dedicação exclusiva aos estudos.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu irmão Alan, às minhas primas Yasmin, Ariely e Luana, à minha tia Sandra, e aos pequenos Sophia e Lorenzzo, que me ofereceram apoio e ouviram minhas inquietações, tornando essa jornada mais leve e alegre. Saibam que grande parte do que realizo é motivado pelo desejo de orgulhá-los e inspirá-los. O suporte de todos foi fundamental para que eu superasse os desafios e alcançasse a conclusão desta etapa.Sou grata às minhas amigas Damiana Oliveira e Larissa Taynara, por ter embarcado comigo nessa jornada e vivenciado toda essa experiência ao meu lado, compartilhando os erros, acertos, medos e anseios.

Agradeço também aos meus queridos professores e colegas, pelos ensinamentos, diálogos enriquecedores e pelas valiosas trocas de experiências ao longo dessa jornada. Agradeço imensamente aos professores e colegas do Grupo de Pesquisa Educação Especial e

Inclusão (GEEIN/UFMS), Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva (GEPEI/UFGD) pelos encontros, pelas discussões e por todos os ensinamentos compartilhados.

Por último, mas não menos importante, quero expressar minha gratidão aos participantes desta pesquisa, que generosamente dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências, contribuindo de forma significativa para o enriquecimento deste estudo. O compromisso e a generosidade de todos foram essenciais para a concretização deste trabalho.

GALENO, Aurilucia Araujo. **Escolarização de estudantes de origem boliviana público da Educação Especial em Corumbá-MS:** a perspectiva das famílias. 2025. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, Corumbá, 2025.

RESUMO

O presente estudo está vinculado à linha de pesquisa Políticas, Práticas Institucionais e Exclusão/Inclusão Social do Mestrado em Educação da Universidade Federal no Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal (UFMS/CPAN) e ao Grupo de Pesquisa Educação Especial e Inclusão (GEEIN/UFMS). Nesta pesquisa temos por objetivo analisar o processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial de origem boliviana em Corumbá, no Mato Grosso do Sul (MS), na perspectiva de suas famílias, e temos como objetivos específicos: a) mapear as produções recentes sobre a perspectiva das famílias dos estudantes público da Educação Especial, em relação à inclusão escolar; b) catalogar as produções recentes sobre a escolarização dos estudantes bolivianos nas escolas brasileiras; c) verificar as perspectivas das famílias participantes sobre a escolha por uma escola brasileira, a busca por escolarização no Brasil, os benefícios sociais, os serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização, e a relação família e escola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foi feita revisão de literatura, a fim de conhecer os estudos já realizados sobre o tema e entrevistas semiestruturadas com familiares de alunos de uma escola municipal de Corumbá-MS. Para a coleta de dados, foram realizadas 10 entrevistas, sendo uma com um irmão, seis com mães, e três com pais de alunos Público da Educação Especial, as entrevistas foram analisadas por meio da análise temática. Os trabalhos levantados nas revisões bibliográficas, apontaram a presença de alunos imigrantes nas escolas de Corumbá, e também ressaltaram instituições escolares enfrentam dificuldades na elaboração de estratégias que promovam uma maior interação e aproximação com as famílias dos alunos. Os resultados das análises de dados das entrevistas indicam que as famílias acreditam que as escolas brasileiras possuem profissionais qualificados para atender a demanda de seus filhos e, para isso, buscam adequar suas vidas para conseguir matricular e manter a frequência deles nas escolas e nos diferentes serviços intersetoriais necessários. Os entrevistados também relataram a utilização de benefícios sociais e as contribuições deles no processo de escolarização de seus filhos. Sobre a relação com as escolas, as respostas demonstram que isso ocorre principalmente por meio de mídias sociais, dada a dificuldade de comunicação em decorrência das diferentes línguas, mostrando a necessidade de formação, bem como de cursos para professores e famílias (de Português, Libras e Espanhol, por exemplo) que proporcionem maior inclusão nas escolas para os alunos e suas famílias. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com professores e gestores das escolas, de forma que eles possam ter olhares mais atentos às famílias, promovendo uma escolarização humanizada, considerando as diferenças e a diversidade.

Palavras-chave: Educação Especial; educação inclusiva; diversidade; fronteira; Corumbá.

ABSTRACT

This study is linked to the research line Policies, Institutional Practices, and Social Exclusion/Inclusion of the Master's Program in Education at the Federal University of Mato Grosso do Sul, Pantanal Campus (UFMS/CPAN), and to the Special Education and Inclusion Research Group (GEEIN/UFMS). The objective of this research is to analyze the schooling process of Bolivian-origin students in Special Education in Corumbá, Mato Grosso do Sul (MS), from the perspective of their families. The specific objectives are: (a) to map recent studies on the perspectives of families of Special Education students regarding school inclusion; (b) to catalog recent research on the schooling of Bolivian students in Brazilian schools; and (c) to examine the perspectives of participating families on choosing a Brazilian school, life changes in pursuit of education, social benefits, intersectoral services that assist in the schooling process, and the family-school relationship. This is a qualitative study, which included a literature review to understand previous research on the topic, as well as semi-structured interviews with family members of students from a municipal school in Corumbá-MS. Data collection involved 10 interviews, including one with a sibling, six with mothers, and three with fathers of Special Education students. The studies raised in the literature review highlighted the presence of immigrant students in schools in Corumbá and also emphasized that educational institutions face difficulties in developing strategies that promote greater interaction and engagement with students' families. The data analysis indicates that families believe Brazilian schools have qualified professionals to meet their children's needs. Consequently, they adjust their lives to enroll and maintain their children's attendance in schools and in the various necessary intersectoral services. Interviewees also reported using social benefits and highlighted their contributions to their children's schooling process. Regarding the relationship with schools, the responses indicate that it primarily occurs through social media, due to communication challenges arising from different languages. This highlights the need for training and courses for both teachers and families (in Portuguese, Brazilian Sign Language, and Spanish, for example) to promote greater inclusion in schools for students and their families. We hope that this research can contribute to teachers and school administrators, so that they can have a more attentive approach to families, promoting a humanized education that takes into account differences and diversity.

Keywords: Special Education; inclusive education; diversity; border; Corumbá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zona de fronteira Corumbá – Puerto Suárez 24
Figura 2 – Quantidade de dissertações do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da UFMS/CPAN selecionadas por ano (2009-2023) 32
Figura 3– Mudanças de vida mais apontadas pelas famílias 51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) 28
Quadro 2 – Título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) 30
Quadro 3 – Título, orientador (a), autoria e ano das dissertações selecionadas do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS/CPAN selecionadas por ano (2010-2023) 32
Quadro 4 – Título, orientador (a), autoria e ano de dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS/CPAN 37
Quadro 5 – Título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) 41
Quadro 6 – Título, orientador (a), autoria e ano de dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) 45
Quadro 7 – Características dos familiares participantes da pesquisa 48
Quadro 8 – Resumo das respostas dos participantes 49

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 10

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 Justificativa 15

1.2 Formulação do problema e dos objetivos 18

1.3 Procedimentos metodológicos 19

1.3.1 Revisão bibliográfica e consulta a documentos 20

1.3.2 Realização de entrevistas semiestruturadas 21

1.3.3 Análise dos dados das entrevistas 22

1.4 Organização do texto 22

2 ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS DE ORIGEM BOLIVIANA EM CORUMBÁ-MS 24

2.1 A educação na fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá: elementos de contexto 24

2.2 Produções de teses e dissertações sobre a educação na fronteira entre Brasil e Bolívia no município de Corumbá/MS 28

3 PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 40

4 O QUE DIZEM AS FAMÍLIAS: ANÁLISE DOS DADOS DE ENTREVISTA 48

4.1 A escolha por uma escola brasileira 49

4.2 Em busca de escolarização no Brasil 51

4.3 Benefícios sociais 53

4.4 Serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização 54

4.5 Relação família e escola 56

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 61

REFERÊNCIAS 64

APÊNDICES 76

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA PELA INSTITUIÇÃO 76

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 77

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM PORTUGUÊS 79

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM ESPANHOL 82

APÊNDICE E – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS 85

APRESENTAÇÃO

Nasci na cidade de Parnaíba, no estado do Piauí. Criada junto aos meus avós, tive uma infância regada de brincadeiras de rua e de muitas amizades, entre elas uma amiga surda, a qual é a única amiga que mantenho contato até os dias de hoje, mesmo morando distante. Acredito que desde aquele momento a inclinação pelo assunto já se fazia presente em minha vida, quando eu não entendia o motivo de não estudarmos na mesma escola – ela estudava na escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e também quando eu me propunha a participar das aulas de Língua Brasileira de Sinais (Libras) juntamente com ela. Lembro-me que ela não gostava dessas aulas, sendo que a minha participação para aprendermos juntas era um estímulo para ela.

Desde a infância, as indagações sobre a aprendizagem da minha amiga já despertavam minha curiosidade, mas por um tempo da minha vida elas ficaram esquecidas, e eram retomadas em momentos em que eu era chamada por colegas de trabalho (no comércio), para atender clientes surdos, pois era a única que conseguia compreender (mesmo conhecendo um pouco, por não ser fluente). Quando me deparava com pessoas com deficiência, eu me perguntava sobre como deveria agir, se estava agindo de uma forma considerada adequada.

Essas situações me mostravam que eu estava despreparada e me fazia despertar o desejo de aprender mais sobre a temática da educação de pessoas com deficiência. Aos 19 anos, por questões pessoais, me mudei para Corumbá, no Mato Grosso do Sul (MS), e ao buscar informações sobre formação na cidade percebi que não havia um curso de Licenciatura em Educação Especial. Sendo assim, optei por tentar ingressar no curso de licenciatura em Pedagogia no Campus do Pantanal (CPAN) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que de certa forma abrangeria um pouco o tema. No início do curso tive aulas de disciplinas sobre Educação Especial, nas quais fiquei cativada com toda a aprendizagem proporcionada, logo no segundo semestre, comecei a participar de projetos de pesquisas sobre a inclusão escolar.

Neste projeto tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no qual participei de atividades de pesquisa, a partir do Plano de Trabalho intitulado "Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na educação inclusiva: formação de professores no Brasil e na Espanha", sob a orientação da Professora Andressa Santos Rebelo. A pesquisa era vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação e Cidadania (UFMS), coordenado pela Professora Mônica Kassar. O trabalho, realizado em uma escola da rede

municipal de ensino de Corumbá, localizada próxima à fronteira do país, abordou a utilização de tecnologias digitais em um contexto de diversidade.

Ao realizar os estágios na graduação em escolas da rede municipal de ensino de Corumbá, foi possível observar a ampla quantidade de alunos de famílias de origem boliviana[1] (bolivianos ou descendentes) matriculados nas escolas, inclusive estudantes que necessitavam de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Essas experiências foram muito importantes para minha vida acadêmica e a partir delas constatei a diversidade de alunos que são atendidos nas escolas do município, estudantes de diferentes nacionalidades, culturas, características e necessidades. Foi possível perceber as dificuldades e a forma como os professores atuavam entre as diferenças e na construção de propostas pedagógicas. Partindo dessas vivências, cresceu o meu interesse pelo tema e o desejo de elaborar um pré-projeto de pesquisa para o processo seletivo do Mestrado em Educação.

A partir do conhecimento sobre o curso de Mestrado e as aproximações com a Educação Social (sua área de concentração) durante a iniciação científica, notei a relevância de estudos que investiguem problemáticas que são vivenciadas pela comunidade local, uma vez que "[...] o significado da Educação social é, antes de tudo, uma ação política na medida em que nos leva a analisar a sociedade vigente e, com ela, seus mecanismos de exclusão social" (Santos; Martins; Kassar, 2020, p. 3).

O ingresso no Mestrado foi uma realização, pois desde os estágios e a iniciação científica eu tinha uma preocupação sobre a escolarização dos alunos que diariamente atravessavam a fronteira em busca dos seus direitos, e poder ouvir as famílias e dar visibilidade a este processo se tornou um interesse a partir de então. Compreendi que poderia contribuir com a produção do conhecimento sobre esta questão. No Mestrado, pude aprofundar os conhecimentos produzidos sobre a Educação Especial, a partir das disciplinas e discussões no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação Especial e Inclusão (GEEIN/UFMS) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva (GEPEI/UFGD).

A continuação dos estudos possibilitou a minha aprovação no concurso público do município de Corumbá, o qual assumi o cargo de Técnico de Educação Especial em 2024, durante a realização do Mestrado. Atualmente, divido meu tempo entre finalizar minha dissertação e estar no cotidiano contribuindo para a inclusão e as aprendizagens dos alunos que são atendidos pela rede municipal de educação.

[1] Neste trabalho optamos por usar a expressão estudantes ou alunos "de origem boliviana", tendo em vista que muitos deles são filhos de bolivianos nascidos no Brasil, apresentando dupla documentação ou cidadania.

Essa experiência recente tem me mostrado que, apesar da intensa busca por avanços e melhorias nas escolas, tem-se diferentes obstáculos para a garantia do direito à educação: burocracias excessivas, falta de profissionais qualificados, falta de recursos pedagógicos, falta de conhecimento e informação sobre as famílias, entre outros. Estas são apenas algumas barreiras que ainda encontramos no processo de inclusão escolar. A despeito das dificuldades nesse processo, contribuir para ampliar o direito à educação a todos é um princípio fundante, o qual buscarei levar em todos os âmbitos os quais estiver envolvida.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX houve muitos avanços, em termos legais, em relação aos direitos sociais, entre eles o direito à Educação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) trouxe no artigo 26 a afirmação de que toda pessoa deveria ter direito à instrução, nos graus elementares e fundamentais de forma gratuita e obrigatória. Ainda, na Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), em seu 7º princípio, enfatizou-se que

> [...] a criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social [...]. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; [...]. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito (ONU, 1959, p. 5).

No Brasil, a educação é um direito público subjetivo (Brasil, 1988). Enquanto signatário de documentos elaborados por organismos de cooperação multilateral (UNESCO, 1990, 1994), o país busca oferecer o ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, de forma obrigatória e gratuita em todo o seu território, por meio de políticas destinadas à educação básica.

Em sua Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 208, o Brasil trata a educação como obrigatória, sendo dever do Estado a sua oferta de forma gratuita. Em seu inciso III é abordado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência, que deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). No início da década de 1990, o capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, 13 de julho de 1990, abordou a educação, a cultura, o esporte e o lazer, estabelecendo o dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente o acesso ao Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito. Também, há a obrigatoriedade de que os pais sejam responsáveis pela matrícula das crianças e dos adolescentes no ensino regular (Brasil, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, detalha as responsabilidades do poder público na oferta da educação, tornando obrigatória a matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental e regulamentando a aplicação do orçamento da União e dos municípios para essa demanda, além de regulamentar a base curricular. O dever

do Estado para com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade (Brasil, 1996, art. 4º, inc. I).

Em substituição ao Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2011), aprovado pela Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Brasil, 2001a), a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o PNE 2014-2024 (Brasil, 2014). Este Plano, ao definir diretrizes e metas a serem alcançadas entre 2014 e 2024, destacou: as metas de erradicação do analfabetismo, a universalização do acesso à educação, a eliminação das desigualdades no âmbito da educação, e o aumento dos recursos públicos para expandir e melhorar a qualidade do ensino. Os princípios elencados visaram respeitar a diversidade na escola, assim como na sociedade. No entanto, entre as 20 metas do PNE, apenas duas foram cumpridas em sua integralidade (Brasil, 2024a).

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em janeiro de 2024, teve como objetivo avaliar a implementação do PNE vigente e subsidiar a elaboração do próximo PNE (decênio 2024-2034), indicando em seu documento final que na Educação Especial a universalização do ensino comum (regular) e do AEE ainda não foram atingidas (Brasil, 2024).

Esse fato de não atingir a universalização da escolarização dessa população nos indica a profundidade das transformações que são necessárias para fazer avançar esse quadro, haja vista que a exclusão marca a história da educação da pessoa com deficiência. No decorrer do desenvolvimento educacional no Brasil, a Educação Especial "[...] foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação" (Mendes, 2006, p. 388). Ao longo desse processo, a educação das pessoas com deficiência também passou por avanços epistemológicos e mudanças conceituais, advindos de diferentes explicações, que iam desde o entendimento da deficiência, como um déficit individual, chegando atualmente à noção de que a deficiência deve ser compreendida com base no modelo social e de direitos (Pletsch, 2020).

Jannuzzi (2006) aponta que os primeiros indícios de atendimento público a pessoas com deficiência no Brasil ocorreram por meio de Decretos Imperiais, de criação de duas instituições para pessoas com deficiências sensoriais na década de 1850. A institucionalização da Educação Especial no Brasil teve início em 1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em que esta passa a ser vista como área de intervenção das políticas públicas, como uma política de Estado (Kassar; Rebelo; Jannuzzi, 2019).

Na virada do século XX para o XXI, a Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e

declara que a escola deve se organizar para atender os estudantes que tenham necessidades educacionais especiais, garantindo condições apropriadas para que todos usufruam de uma educação qualificada (Brasil, 2001b).

Em 2003, o governo federal lançou o programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e diversas ações passaram a ser implantadas buscando transformar os sistemas de ensino brasileiros em sistemas de ensino inclusivos (Brasil, 2004).

No ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi lançada tendo por objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008b). A Educação Especial passou a ser proposta de forma transversal em todos os níveis de ensino. Posteriormente, o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, procurou assegurar o AEE para esse público, com este devendo ser envolvido por um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, que devem ser oferecidos de forma a complementar ou suplementar a formação dos estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma que a educação inclusiva: "[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de eqüidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola" (Brasil, 2008b, p. 1).

A mesma Política define a Educação Especial como uma modalidade de ensino que "[...] perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular" (Brasil, 2008b, p. 10).

Pletsch (2020) acrescenta que é preciso compreender a Educação Especial como uma modalidade de ensino com técnicas e recursos especializados próprios, e como uma área de conhecimento científico necessariamente interdisciplinar. Assim como a autora, compreendemos a educação inclusiva como um princípio que não deve ser aplicado e interpretado de forma homogênea sem considerar os contextos e as particularidades dos grupos envolvidos.

1.1 Justificativa

O município de Corumbá, localizado em Mato Grosso do Sul (MS), situa-se na fronteira do Brasil com a Bolívia, a partir da cidade de Puerto Quijarro, formando uma região de grande

fluxo de pessoas e mercadorias. No contexto de fronteira, essa aproximação entre duas cidades leva a considerá-las como cidades gêmeas, conforme é preconizado no artigo 1º da Portaria n.º 213, de 19 de julho de 2016, do Ministério da Integração Nacional[2]. Silva e Almeida (2019) apontam que nos dois países a educação básica é oferecida de forma gratuita, porém o fluxo de estudantes ocorre predominantemente no sentido Bolívia-Brasil.

Apesar das dificuldades de o governo brasileiro oferecer uma educação qualificada aos estudantes Público da Educação Especial (PAEE)[3], a política educacional tem se desenvolvido e demonstrado alguns avanços com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (Brasil, 2008b), o que provavelmente tem contribuído para o aumento do número de matrícula de alunos PAEE de origem boliviana nas escolas do município de Corumbá. Esse aumento também tem ocorrido devido "[...] à educação ser vista como de melhor qualidade no Brasil se comparada à educação boliviana [...]", conforme apontam Silva e Almeida (2019, p. 709).

A necessidade de atenção a estudantes estrangeiros se estende a outra região de fronteira no MS. Pinto e Santana (2020) identificaram inúmeros desafios, ao buscar compreender por meio das perspectivas dos professores as práticas pedagógicas empreendidas no processo de inclusão dos alunos "brasiguaios"[4] público da Educação Especial, que vivem em região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai no MS.

Por sua vez, a pesquisa desenvolvida por Florenciano (2022) relata a experiência de estudantes que procuram no Brasil acesso à aprendizagem. O trabalho apresenta a narrativa de aprendizagem da língua portuguesa por dois sujeitos surdos "brasiguaios", que vivem na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ao dar visibilidade às experiências desses participantes, ela aponta possíveis caminhos para a educação linguística em língua portuguesa para os surdos.

Tais pesquisas são importantes por apresentar a realidade vivenciada pelos alunos nas escolas e contribuir para a elaboração de políticas públicas, a fim de proporcionar melhores condições de escolarização a esses alunos. Roquejani *et al*. (2024) evidenciam que o Brasil é

---

[2] São considerados cidades gêmeas os "[...] municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania" (Brasil, 2016, p. 1).

[3] Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008b).

[4] O termo "brasiguaio" refere-se a grupos variados de pessoas: 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e aos descendentes que já misturam a "cultura brasileira" com elementos da "cultura paraguaia"; 5) a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha (Albuquerque, 2010, p. 228).

um país de dimensões continentais e que faz fronteira com quase todos os outros países da América do Sul, inferindo que os imigrantes com deficiência, em seus cotidianos escolares, enfrentam barreiras de acessibilidade em todos os aspectos, seja em relação às suas necessidades educacionais específicas, seja quanto à diversidade linguística, cultural, entre outras.

Neste mesmo trabalho, verificou-se a escassez de estudos sobre a inclusão escolar dos estudantes imigrantes com deficiência, na educação básica brasileira, nos últimos 10 anos (Roquejani *et al*., 2024). Igualmente, por meio da busca por estudos sobre a temática, percebemos que existem poucas pesquisas sobre os alunos de origem boliviana atendidos pela Educação Especial no Brasil e no MS. As pesquisas encontradas dizem respeito à educação de surdos apenas (Loubet, 2017; Miranda, 2020; Santos, 2020). Esse quase silenciamento levou ao interesse por desenvolver uma investigação que possibilitasse averiguar como tem se desenvolvido o processo de inclusão, considerando esse contexto de diversidade cultural e linguística.

Oliveira *et al*. (2020) fizeram o levantamento da quantidade de alunos estrangeiros em Corumbá, demonstrando que em 2013 a cidade contava com a matrícula de um total de 41 alunos estrangeiros de diferentes nacionalidades. Entre eles, destaca-se que 25 possuíam nacionalidade boliviana. Em 2018 esse número passou para 73, sendo 61 deles bolivianos.

Nos últimos anos houve um aumento expressivo de famílias que moram na Bolívia e que vem à Corumbá em busca de escolarização para seus filhos: "A proximidade com a fronteira faz com que muitos residam e trabalhem no Brasil, e outros, mesmo morando na Bolívia venham todos os dias para trabalhar, fazer compras, procurar serviços em geral, principalmente os serviços de saúde e educação" (Silva; Souza; Costa, 2010, p. 233).

Realizar um levantamento preciso da quantidade de alunos bolivianos nesse contexto é bastante complexo, pois tem-se dificuldades em abordar o tema (origem ou nacionalidade) entre essa população, tendo em vista o receio de perder o acesso a direitos ou serviços públicos. Em geral, as estatísticas sobre essa população nas escolas são subestimadas, porque muitos filhos de bolivianos nascem na única maternidade da região, localizada em Corumbá (Conceição, 2014). Em relação à identificação da nacionalidade dos alunos, há outras questões para além do registro, o que impede levantar os dados com precisão. De acordo com Conceição (2014), "[...] a prefeitura [de Corumbá] já tentou fazer esse levantamento e esbarrou no [...] problema de falta de informações precisas. A gestora [de políticas educacionais da Secretaria de Educação] informou [...] que muitos desses alunos possuem até mesmo certidões nos dois países com nomes diferentes" (Conceição, 2014, p. 54).

Alguns estudantes de origem boliviana fazem uso dos serviços de Educação Especial disponibilizados no município, por apresentarem alguma deficiência ou outra condição específica. No Brasil esses serviços estão disponíveis a alunos com "[...] deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação [...]", público da Educação Especial, conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008b).

Por esses motivos, tem-se a necessidade de pesquisas que investiguem a escolarização desses estudantes no município, que analisem as estratégias realizadas e os desafios enfrentados em busca dos serviços públicos, e se de fato esses alunos estão recebendo algum tipo de AEE. Também é preciso compreender, por meio dos relatos dos familiares, as políticas públicas empreendidas, qual é o posicionamento e a receptividade do poder público sobre essa procura, o que ele tem feito para suprir essa demanda, de modo a atender de forma qualitativa a todos os estudantes. No entanto, as pesquisas abordam pouco os alunos PAEE estrangeiros, atendidos nas escolas públicas.

Por se tratar de uma cidade fronteiriça, as pesquisas desenvolvidas devem valorizar essa diversidade e contribuir para discussões sobre a garantia de direitos, a fim de subsidiar o aprimoramento das políticas públicas. O Programa de Pós-graduação em Educação ao qual esta pesquisa está vinculada vem desenvolvendo investigações sobre a inclusão escolar, porém quanto ao processo de inclusão escolar de alunos de origem boliviana PAEE há um percurso ainda inexplorado e que, portanto, requer aprofundamento.

1.2 Formulação do problema e dos objetivos

O diálogo entre escola e família, bem como entre alunos e professores, constitui uma ferramenta essencial para a efetivação do processo de inclusão escolar. Essa necessidade é também enfatizada por Bays et al. (2023), que destacam a importância de ouvir e compreender os estudantes imigrantes, permitindo-lhes adquirir os conhecimentos necessários para avançar no processo de ensino e aprendizagem.

No que tange ao público da Educação Especial, Pinto e Santana (2020) observam que esses estudantes frequentemente são caracterizados por uma suposta "inferioridade cultural e linguística", na qual a deficiência é, muitas vezes, entendida como uma condição socialmente construída, sendo atribuída a responsabilidade pelo eventual "fracasso" escolar. Isso contribui para que o processo de escolarização seja marcado por exclusões.

As escolas situadas próximas à linha de fronteira necessitam de ações e programas que

considerem a diversidade cultural e linguística dos estudantes. Essa necessidade recai sobre a formação continuada e a prática pedagógica, que devem proporcionar o processo de inclusão linguística e cultural nas unidades escolares, possibilitando o acesso a um currículo que aborde as características e diferenças dos alunos e de suas famílias. Nascimento e Lima (2017, p. 16) compartilham desse entendimento, ao afirmarem a necessidade de "[...] que haja, continuamente, formação específica e complementar para os professores que atendam crianças que migram em busca de escolarização, advindas dos países fronteiriços".

Considerando esses aspectos, nesta pesquisa temos por pergunta síntese: De que forma vem ocorrendo o processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial de origem boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul, na perspectiva de suas famílias?

O objetivo geral desta investigação é analisar o processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial de origem boliviana em Corumbá-MS, na perspectiva de suas famílias. São nossos objetivos específicos: a) mapear as produções recentes sobre a perspectiva das famílias dos estudantes público da Educação Especial sobre a sua escolarização; b) catalogar as produções recentes sobre a escolarização dos estudantes bolivianos nas escolas de Corumbá-MS; c) verificar as perspectivas das famílias participantes sobre a escolha por uma escola brasileira, a busca por escolarização no Brasil, os benefícios sociais, os serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização, e a relação família e escola.

1.3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFMS, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.º 77292923.0.0000.0021, aprovada na Plataforma Brasil.

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, em que se busca compreender um fenômeno histórico, no campo da subjetividade e do simbolismo, por meio da compreensão das relações humanas. Essa abordagem proporciona uma aproximação fundamental junto aos participantes, o que nos leva a ter empatia aos motivos e às intenções dos projetos dos atores, tornando nossas ações significativas (Minayo, 1993).

Esta investigação tem caráter exploratório, que se trata de "[...] um tipo de pesquisa científica que tem como objetivo explorar, identificar e compreender conceitos, fenômenos ou relações que ainda são pouco conhecidos ou investigados" (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023, p. 9). Para tanto, foi empreendida a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas com

familiares de estudantes de origem boliviana público da Educação Especial, matriculados em uma escola municipal de Corumbá e que recebem AEE.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram executados os seguintes procedimentos metodológicos.

1.3.1 Revisão bibliográfica e consulta a documentos

A pesquisa bibliográfica consiste em fazer um levantamento de trabalhos ou pesquisas já realizadas sobre o tema, e que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2008). Foram realizados o levantamento e a revisão de literatura sobre a perspectiva das famílias dos estudantes público da Educação Especial sobre a sua escolarização e sobre a escolarização dos alunos de origem boliviana nas escolas de Corumbá-MS. Foi descrita a organização da bibliografia pertinente ao tema, bem como a síntese das leituras correspondentes realizadas.

Para fins de contextualização e análise dos dados a serem coletados na pesquisa de campo, foram consultados documentos sobre a Educação Especial no município de Corumbá como a Lei Complementar n.º 315, de 16 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação, da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, e alguns documentos educacionais publicados pelo governo federal como: A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil,1988), Decreto n.º 7.611 (Brasil, 2011); Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990); Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001; 2014); Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF) (Brasil, 2008a); Plano Nacional de Educação (2024-2034); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008b) entre outros documentos. Nesta etapa foram utilizados documentos de primeira mão, ou seja, que não receberam qualquer tratamento analítico. Os documentos de primeira mão são documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. Já os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tratam-se de relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (Gil, 2008).

1.3.2 Realização de entrevistas semiestruturadas

Para a produção dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, também conhecidas como semidiretivas ou semiabertas. Este tipo de entrevista pode levantar informações de forma mais livre, sem condicionar as respostas a alternativas. Além disso, ela possibilita gerar outros questionamentos, para tentar compreender as informações ou questões momentâneas à entrevista, que podem ser relevantes para aquilo que está sendo estudado (Manzini, 2004).

Após a autorização do CEP da UFMS, a pesquisa foi apresentada aos representantes da escola e aos familiares dos alunos. Sobre o lócus da pesquisa, a escola foi selecionada seguindo os critérios de Ferreira, Rebelo e Kassar (2021), que destacaram a diversidade do seu alunado e a presença de um número significativo de matrículas de alunos cuja língua materna é o Espanhol.

Inicialmente, tivemos a colaboração das professoras das Salas de Recursos Multifuncionais, que nos auxiliaram para apresentar a pesquisa aos familiares. Os critérios de inclusão para concessão de entrevistas foram: ter origem boliviana e pertencer à família do estudante de origem boliviana público da Educação Especial que recebe AEE na escola municipal selecionada.

As conversas com as famílias ocorreram individualmente, quando levavam seus filhos para o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais, sendo possível ser realizada no mesmo momento perante o aceite, ou por meio de agendamento de acordo com a disponibilidade do participante. Para tanto, a escola disponibilizou uma sala específica, preservando, assim, a privacidade do conteúdo das entrevistas.

Os familiares foram informados sobre os procedimentos metodológicos, os cuidados éticos, o anonimato, sendo convidados a participar da pesquisa. Em seguida, apresentamos aos familiares o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices C e D) para assinatura. Foram disponibilizadas cópias do TCLE em Português e Espanhol. Nesta etapa, tivemos o aceite de 10 familiares participantes e as entrevistas aconteceram em março de 2024.

Em um levantamento feito junto à secretaria da escola, foi constatado que em 2024 esta possuía o total de 47 alunos estrangeiros (formalmente matriculados como estrangeiros), sendo eles dois venezuelanos e 45 bolivianos. Desses alunos observamos que sete tratavam-se de alunos PAEE sendo eles: um com deficiência física; dois com Transtorno do Espectro Autista (TEA); um com síndrome de Down e Deficiência Intelectual (DI); um que, além do TEA, possui DI, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); um com surdez e um com DI,

baixa visão e TEA. Ressaltamos que esse número poderia ser maior, uma vez que existiam alunos com dupla nacionalidade, cuja matrícula é feita a partir de sua nacionalidade brasileira.

As entrevistas com os familiares ocorreram tendo por base um roteiro com questões norteadoras (Apêndice B), que passou pela revisão de dois professores doutores, com formação na área da Educação Especial. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas nas dependências da escola, com duração média de 60 minutos. Elas tiveram seu áudio gravado, com o gravador portátil da marca Sony, modelo ICD-PX 333. Os áudios foram transcritos para posterior análise. Durante as entrevistas, os participantes fizeram uso dos idiomas Português e Espanhol, passando de um para outro em diversos momentos, com predominância da Língua Portuguesa. Após a transcrição literal dos diálogos, fizemos a sua textualização, realizando a tradução dos trechos em Espanhol para a Língua Portuguesa.

1.3.3 Análise dos dados das entrevistas

A análise dos dados das entrevistas foi realizada por meio de análise temática, em diálogo com a literatura da área da Educação Especial. A análise temática é uma técnica mais flexível, por não depender de uma epistemologia específica, podendo ser aplicada com um grande número de abordagens teóricas e epistemológicas. Neste tipo de análise o pesquisador se debruça sobre um conjunto de dados empíricos capturados a partir de entrevistas, grupos focais, entre outros, com a finalidade de identificar padrões de significado (Dias; Mishima, 2023).

A partir dos temas recorrentes que emergiram nas falas dos participantes, a análise dos dados das entrevistas foi organizada considerando os seguintes eixos de análise, *a posteriori*: a) a escolha por uma escola brasileira; b) Em busca de escolarização no Brasil; c) os benefícios sociais; d) os serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização; e) a relação família e escola.

1.4 Organização do texto

No capítulo um apresentamos a introdução deste trabalho, contendo a justificativa para a realização da pesquisa, a formulação do problema e os objetivos propostos, bem como os procedimentos metodológicos que proporcionaram a sua execução.

No capítulo dois trazemos informações sobre a escolarização dos alunos de origem boliviana na cidade de Corumbá-MS, abordando alguns elementos de contexto, por meio de um

levantamento da produção de teses e dissertações sobre a educação nessa região de fronteira.

No capítulo três mostramos os resultados de uma revisão bibliográfica feita por meio de um levantamento de pesquisas que debatem a perspectiva das famílias sobre o processo de inclusão escolar.

No capítulo quatro abordamos as análises dos dados das entrevistas realizadas com os familiares dos alunos de origem boliviana. O capítulo está organizado nas seguintes seções: a) a escolha por uma escola brasileira; b) Em busca de escolarização no Brasil; c) os benefícios sociais; d) os serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização; e) a relação família e escola.

Por fim, apresentamos as Considerações Finais, contendo uma síntese sobre os resultados da pesquisa e, posteriormente, são listadas as Referências dos trabalhos que foram empregados e deram bases teóricas a esta dissertação, assim como os Apêndices que fazem parte deste trabalho.

2 ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS DE ORIGEM BOLIVIANA EM CORUMBÁ-MS

2.1 A educação na fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá: elementos de contexto

Nesta seção são apresentadas algumas informações de contexto sobre Corumbá, a fim de conhecermos algumas particularidades dessa região, em relação ao processo de escolarização dos estudantes de origem boliviana.

Corumbá está localizada na região Centro-Oeste, estado do MS, no Pantanal Sul-mato-grossense no território brasileiro. O município faz fronteira com a Bolívia, mais especificamente com as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Figura 1). A divisa entre os dois países se dá por meio de uma estrada de poucos quilômetros, são cidades gêmeas, que se caracterizam pela integração urbana com países vizinhos (Brasil, 2016).

Figura 1 – Zona de fronteira Corumbá – Puerto Suárez

Fonte: tela capturada pela autora no site Google Maps.

A zona de fronteira Corumbá-Puerto Suárez é uma região urbana fronteiriça do Brasil e da Bolívia. Estatisticamente, funciona como uma região metropolitana internacional. E compreende os seguintes municípios: Corumbá (Brasil); Ladário (Brasil); Puerto Aguirre (Bolívia); Puerto Quijarro (Bolívia); Puerto Suárez (Bolívia).

Localizada no estado do MS, Corumbá teve sua fundação oficial em 1778. Atualmente possui 96.268 habitantes, com um território de 64.432,450 km². No ano de 2021, o Produto

Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de R$ 34.684,48, que ficava na posição 58 entre os 79 municípios do estado. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R$ 888.302.606,3 e o total de despesas empenhadas foi de R$ 822.558.735,4. Esses números colocam Corumbá na posição 4 de 79 entre os municípios do estado (IBGE, 2022).

Sobre a educação desse município, em 2010, a taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade foi de 94,7%. Em comparação com outros municípios do MS, estava na posição 66 de 79. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública foi 4,7, e para os anos finais, de 4,4. Cotejando com outros municípios do estado, estava nas posições 57 e 46 de 79, respectivamente (IBGE, 2024).

Nessa localidade, a proximidade entre as fronteiras proporciona certa facilidade em transitar entre as cidades, ocasionando uma intensa movimentação da população. Essa movimentação é propícia para a ocorrência de câmbios econômicos e culturais, que influenciam as festas, os costumes, a gastronomia e outros aspectos da cultura, o que intensifica a movimentação turística e econômica. Para Ferreira e Suttana (2012), a troca cultural entre os países cria uma identidade única, por eles nomeada de "identidade híbrida", por constituir-se pelo encontro entre as culturas. No caso em tela, as identidades brasileira e boliviana se fundem formando uma nova identidade, a fronteiriça.

Devido à facilidade de trânsito, muitas pessoas de origem boliviana fazem uso dos serviços públicos, na área da educação, saúde, assistência social, entre outras. Em decorrência disso, há a constituição de um lugar multicultural e também de embates, de luta por direitos junto aos poderes públicos (Bolivianos [...], 2014; Corumbá, 2023a).

Rodrigues, Agrelos e Nozu (2019) analisaram o direito à Educação Especial regulamentado nas disposições legais do Brasil, Paraguai e Bolívia. Os autores assinalam que

> [...] apesar da relação de interfluxo entre as cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero e Puerto Suárez e as duas maiores cidades gêmeas de Mato Grosso do Sul, a política de inclusão escolar dos alunos com deficiência tem se configurado de maneira adversa nas zonas de fronteira do Brasil, do Paraguai e da Bolívia, sendo os indicadores educacionais indícios de que a inclusão escolar está ocorrendo com maior efetividade no lado brasileiro da fronteira (Rodrigues; Agrelos; Nozu, 2019, p. 37).

A educação no Brasil obteve avanços nos últimos 30 anos e, tendo em vista a realidade de outros países, considera-se que ela se encontra "formalmente" universalizada (Saviani, 2008). Em pesquisa realizada sobre o tema, Nascimento e Lima (2017) destacam que nas regiões de fronteiras internacionais, a busca por educação é intensificada por interesses

econômicos e sociais. Na fronteira em questão é marcante a presença de estudantes de origem boliviana que moram nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, matriculados nas escolas públicas e particulares de Corumbá.

Costa (2015), assim como em outras pesquisas, aponta que muitas pessoas de famílias bolivianas nascem em Corumbá, com acesso a documentos brasileiros, e estudando nas escolas brasileiras. As pessoas do sexo masculino prestam o serviço militar obrigatório, mas em sua maioria continuam vivendo nas cidades da Bolívia, e mantendo os laços culturais e de identificação como bolivianos, sendo vistos como bolivianos pelos brasileiros.

Diferentes pesquisas sobre essa localidade (Costa, 2011, 2015; Araújo; Conceição; Carvalho, 2015) descrevem os conflitos (velados ou não) causados pelo preconceito relacionado às condições econômicas e à nacionalidade da população. Essas situações ocorrem quando bolivianos realizam algum tipo de atividade comercial em Corumbá ou quando buscam atendimento nas redes públicas de educação, saúde e assistência nessa cidade.

Pesquisas desenvolvidas nas escolas de Corumbá (Golin; Assumpção, 2017; Nascimento; Lima, 2017) trazem relatos sobre atitudes preconceituosas da parte de professores e alunos em relação aos estudantes bolivianos. Silva e Almeida (2019) ressaltam que há obstáculos para essa população e discriminação na região de fronteira. Tais desafios se devem às desigualdades sociais que emergem na fronteira e no âmbito escolar. Os autores entendem que a escola precisa buscar estratégias e adequações para evitar e resolver situações de conflito.

A pesquisa desenvolvida por Edgar Costa (2013, p. 66) contou com a aplicação de um questionário junto a alunos de 15 a 17 anos, totalizando 345 estudantes matriculados em escolas em Corumbá. O objetivo do trabalho consistiu em analisar como os jovens de Corumbá usam o lado boliviano dessa fronteira e com que frequência a visitam. Dentre os resultados, verificou-se que a maior parte dos participantes da pesquisa enxergavam a fronteira apenas como o "lado boliviano" sendo equivalente a uma cidade vizinha, associadas com as compras e vista como local desorganizado, sujo, mas, também, como possibilidades de intercâmbio cultural, de passeio e lazer. Conforme o autor, esse imaginário existe devido à falta de abordagem de conteúdos sobre o tema "fronteira" nas escolas, hipótese confirmada por meio das respostas dos estudantes (Costa, E., 2013).

Nascimento e Lima (2017) indicam que os alunos de origem boliviana necessitam de atenção relacionada às questões linguísticas. Registram a necessidade de políticas educacionais locais, que fomentem a formação inicial e continuada de professores, com a finalidade de atender esse público de forma mais ampla.

Considerando a concepção de que a escola deve desenvolver métodos e currículos que ofereçam uma educação intercultural, na década de 2000 foi implementado o Programa de Escolas Bilíngues de Fronteira: modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, criado a partir das relações desenvolvidas por meio do programa Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) entre Brasil e Argentina (Brasil, 2008a).

Esse programa propôs a construção de um "[...] modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol" (Brasil, 2008a). Conforme Arf e Velasque (2017), o programa foi apresentado na XXVI Reunião de Ministros da Educação do Mercosul, Bolívia e Chile, realizada em Buenos Aires, em 2004. O projeto visou proporcionar aos alunos das cidades participantes a aprendizagem das duas línguas, o que deveria ser ricamente explorado no intercâmbio linguístico da localidade.

O projeto foi implementado em Corumbá em 2012, com a participação de quatro escolas de cada país. Ainda, no mesmo ano, foi instituído o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, por meio da Portaria n.º 798, de 19 de junho de 2012. Diferentes projetos poderiam ser escolhidos pelas escolas, ou por grupos, considerando o que seria mais importante para a realidade local, sem desconsiderar os objetivos de aprendizagem, a interculturalidade e a aprendizagem das demais línguas. As metodologias dos projetos se pautaram em propostas de escolas interculturais multilíngues (Arf; Velasque, 2017).

Arf e Velasque (2017) descreveram alguns problemas no desenvolvimento do programa, como a falta de formação destinada ao atendimento dos estudantes e a falta de suporte e apoio para o desenvolvimento dos projetos. Também fizeram críticas sobre o material didático disponibilizado, que não levava em conta as características da região, que envolvem desde as questões fronteiriças até mesmo as vivências provenientes do bioma Pantanal. Foram apontadas a ausência de recursos, de material, de tempo para planejamento de modo a proporcionar conteúdos mais elaborados e condizentes com a realidade local. O programa teve continuidade até o final de 2015 e justificou-se o seu término devido à falta de recursos municipais e federais (Arf; Velasque, 2017).

Os diversos acordos de cooperação internacional têm buscado proporcionar à população uma relação de cordialidade e cooperação entre os países que dividem o mesmo espaço fronteiriço. As declarações que envolvem os direitos humanos não fazem distinção de nacionalidade para o acesso aos direitos. Entendemos que o oferecimento de serviços públicos é uma questão de direitos humanos, uma vez que se a pessoa migra em busca deles, provavelmente é porque não conseguiu acessá-los em seu país.

O trabalho de valorização das culturas entre os dois países pode alcançar reflexos significativos, de modo a superar os preconceitos vivenciados nessa localidade. É importante que a temática de valorização das diferentes culturas seja trabalhada com crianças e adolescentes, para que eles não reproduzam discursos preconceituosos que são difundidos na sociedade. Entendemos que as escolas podem contribuir para a formação humana, promovendo ações para a transformação da realidade em que estão inseridas.

2.2 Produções de teses e dissertações sobre a educação na fronteira entre Brasil e Bolívia no município de Corumbá-MS

Nesta seção apresentamos uma revisão bibliográfica de trabalhos que abordam a educação na fronteira entre Brasil e Bolívia, considerando o município de Corumbá-MS. O levantamento bibliográfico de teses e dissertações foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em ambos os bancos, foi utilizada a seguinte chave de busca: ("bolivianos" AND "Educação" AND "Especial"). Na BDTD foram encontrados 19 trabalhos. Não foi aplicado nenhum tipo de filtro para especificar o período, tendo sido encontrados estudos que datam de 2010 até 2023. No Catálogo da CAPES não foi obtido nenhum resultado.

Foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos 19 trabalhos, tendo sido excluídos os trabalhos duplicados ou aqueles que não estavam relacionados à área da Educação, sendo selecionados apenas os que tinham aproximação com o tema escolarização de alunos de origem boliviana e que foram realizados na cidade de Corumbá-MS.

A seguir apresentamos o Quadro 1, que traz informações sobre os estudos selecionados nesta revisão, por título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado na BDTD.

Quadro 1 – Título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Orientador (a)	Autoria	Ano	Instituição	Tipo de trabalho
Educação Física escolar na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dilemas interculturais	Luís Otávio Teles Assumpção	Carlo Henrique Golin	2017	UCB	Tese
Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia) – Corumbá (Brasil). Português	Isabel Gretel María Eres Fernández	Suzana Vinicia Mancilla Barreda	2017	USP	Tese

língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores					
Contato linguístico da modalidade espaço-visual: Língua Brasileira de Sinais e Língua de Sinais Boliviana na fronteira	Marianne Rossi Stumpf	João Paulo Romero Miranda	2020	UFSC	Dissertação
Esporte escolar como fator de integração na fronteira Brasil – Bolívia: uma análise nas escolas municipais de Corumbá-MS	Carlo Henrique Golin	Gilson Pacola	2021	UFMS	Dissertação

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa de Miranda (2020) foi desenvolvida na fronteira entre Brasil e Bolívia, nas cidades de Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro. Foi feita uma análise sobre a influência da Libras e da Língua de Sinais Boliviana (LSB) na comunidade surda da região. Como resultados, foram apontadas as dificuldades de comunicação entre as diferentes línguas de sinais, sendo constatado que a maioria dos surdos bolivianos faziam a utilização da Libras. O autor considerava ainda a região de fronteira como um espaço propício para a aprendizagem das duas línguas.

Já a tese de Golin (2017) examinou os aspectos étnicos presentes nas ações pedagógicas da disciplina de Educação Física, observando como professores e alunos descreviam as práticas corporais em uma escola fronteiriça. Entre seus resultados, o autor mostrou que a área pode contribuir com a diminuição de possíveis casos de discriminação entre os alunos, atentando para que essas questões sejam abordadas nas formações na educação superior, especialmente em regiões de fronteira internacional.

Pacola (2021), por sua vez, analisou as consequências, os entraves e as possibilidades existentes na participação e integração dos "alunos pendulares" (denominação utilizada pelo autor aos alunos que moram na Bolívia e estudam no Brasil, deslocando-se diariamente) nos projetos esportivos de contraturno escolar da rede municipal de ensino de Corumbá, e os aspectos sobre a atuação dos professores de Educação Física. Os principais pontos evidenciados na pesquisa foram: os conflitos culturais; a falta de aceitabilidade de alunos brasileiros para com os "pendulares"; a necessidade de investimentos quanto aos aspectos da educação intercultural na região fronteiriça do estudo; a carência de políticas públicas que busquem melhorar a participação dos "alunos pendulares" nos projetos esportivos. Entre os resultados, o autor indicou a necessidade da implementação de políticas públicas que considerem o contexto fronteiriço e a ampliação de debates sobre a temática.

Barreda (2017), em sua tese, utilizou a metodologia da pesquisa-ação com a realização de um curso de português para alunos bolivianos, falantes de castelhano, que contou com a parceria de discentes do curso de Letras – Habilitação em Português e Espanhol da UFMS/CPAN. Foi realizada a coleta de dados por meio de entrevista e questionário com os participantes da ação. A autora afirma que nesse processo a interculturalidade possibilitou estar aberto ao outro para estabelecer uma comunicação dialógica. Por fim, propôs um curso de Português língua de fronteiras, como uma subespecialidade necessária para os contextos fronteiriços.

Os trabalhos de Barreda (2017), Golin (2017), Pacola (2021) e Miranda (2020) abordaram as questões educacionais na fronteira entre Brasil e Bolívia. Miranda (2020) realizou encontros com surdos brasileiros e bolivianos para verificar e avaliar as dificuldades de se comunicar em LSB e a Libras; e Barreda (2017) realizou um curso de Português para alunos bolivianos, falantes de castelhano. Apenas as pesquisas de Golin (2017) e Pacola (2021) tratam sobre a educação básica nas escolas de Corumbá, que atendiam alunos que moravam nas cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez.

Entre esses trabalhos, apenas o de Miranda (2020) tratou sobre o público da Educação Especial. Entretanto, essa pesquisa abrangeu a comunicação e a interação das pessoas por meio das duas línguas de sinais dos dois países. O autor realizou rodas de conversa com jovens surdos em diferentes bairros da cidade para coletar os dados de sua pesquisa. Assim, o estudo não esteve diretamente relacionado com a educação regular ofertada pelo município em estudo.

Realizamos uma segunda busca nas mesmas bases de dados utilizando a chave (“bolivianos” AND “deficiência”). A primeira busca foi feita no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não tendo sido encontrado nenhum trabalho. Em seguida, foi utilizada a mesma chave de busca na BDTD, onde encontramos apenas um trabalho, apresentado a seguir.

Quadro 2 – Título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Orientador (a)	Autor	Ano	Instituição	Tipo de trabalho
Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola: análise de garantias legais em países da América Latina	Rosângela Gavioli Prieto	Valquiria Prates Pereira Teixeira	2008	USP	Dissertação

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho selecionado é uma pesquisa documental, na qual foi analisada a legislação vigente sobre acessibilidade em três países da América Latina (Brasil, Bolívia e México), no período entre 1990 e 2005. Os documentos foram organizados em três categorias: acessibilidade física/arquitetônica, ajudas técnicas para a educação escolar, e cultura de acessibilidade. Em seus resultados, a autora pontuou que

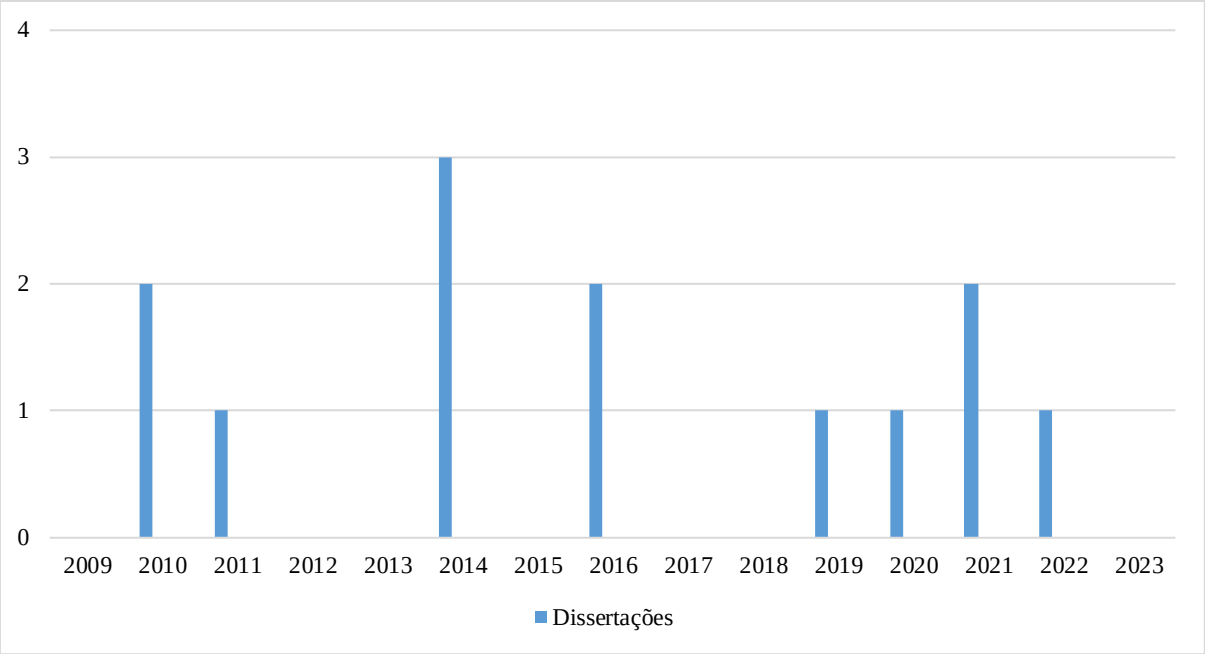
> [...] a relação entre a publicação das recomendações internacionais e a criação de legislação voltada à pessoa com deficiência não é um processo linear, mas sim dinâmico, num movimento de estímulo, absorção e troca de conceitos, que tem origem simultaneamente nas recomendações, práticas e nas próprias legislações locais (Teixeira, 2008, p. 100).

As pesquisas encontradas evidenciaram a presença de alunos de origem boliviana nas escolas brasileiras e mostraram que eles necessitam de ações específicas entre as políticas educacionais. Para uma maior aproximação a pesquisas sobre a escolarização de alunos de origem boliviana em Corumbá, buscamos dissertações sobre o tema nas páginas de Programas de Pós-graduação no município. Fizemos um levantamento na página *on-line* do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) (UFMS, 2023, 2024a) e na página do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) (UFMS, 2024b), ambos da UFMS/CPAN.

Ampliamos a busca no Repositório Institucional da UFMS (2024c) abrangendo as primeiras defesas realizadas nesses programas (2009 no PPGEF; e 2011 no PPGE) até dezembro de 2023. Excluímos os trabalhos que não estavam diretamente vinculados à Educação e os que já haviam sido encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na BDTD. Foram selecionadas apenas as dissertações nas quais o título mostrava aproximação com o tema, apresentando as expressões "alunos bolivianos" e "educação" ou "educação especial". No PPGEF, embora estivessem disponíveis trabalhos defendidos entre 2009 e 2023, foram encontradas produções sobre o tema em questão apenas entre 2010 e 2022.

A Figura 2, a seguir, mostra a quantidade de trabalhos selecionados por ano, defendidos no PPGEF da UFMS/CPAN.

Figura 2 – Quantidade de dissertações do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da UFMS/CPAN selecionadas por ano (2009-2023)



Fonte: Elaboração própria.

O PPGEF apresentou uma quantidade considerável de trabalhos que estão relacionados à educação/escolarização dos estudantes de origem boliviana. Eles estão distribuídos de forma constante no período descrito, presente em quase todos os anos, algo esperado devido à sua área de concentração, por ser um curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços, cuja área de avaliação na CAPES é Interdisciplinar.

A seguir, apresentamos o Quadro 3, com informações adicionais sobre as dissertações selecionadas (título, orientador (a), autoria e ano de defesa).

Quadro 3 – Título, orientador (a), autoria e ano das dissertações selecionadas do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS/CPAN selecionadas por ano (2010-2023)

Título	Orientador (a)	Autoria	Ano
CAIC - A construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia	Rosangela Villa da Silva	Cleber Santos Jaime	2010
Inclusão dos bolivianos nas salas de ensino regular da escola Caic	Tito Carlos Machado de Oliveira	Maria Auxiliadora França Benevides	2010
O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá-MS (BR)	Gustavo Villela Lima da Costa	Maria Lúcia Ortiz Ribeiro	2011
Migração pendular nas cidades e Corumbá-Puerto Suarez: uma análise dos alunos bolivianos nas escolas públicas de Corumbá-Brasil	Ana Paula Correa de Araújo	Orsolina Silva Fernandez Conceição	2014

Ações interculturais nas escolas de fronteira: integração e preservação da identidade	Antônio Firmino de Oliveira Neto e Elizabeth M. A. Bilange	Danielle Urt Mansur Bumlai	2014
Descrição Sociolinguística de textos de alunos bolivianos em escolas brasileiras de fronteira	Rosangela Villa da Silva	Nedy de Barros	2014
Escola de fronteira: proposta para alfabetização de alunos residentes na Bolívia que estudam na escola CAIC, em Corumbá/MS	Ana Paula Correia de Araújo	Norma Beppler Penido Ribeiro da Silva	2016
A multiculturalidade na escola de fronteira	Antônio Firmino de Oliveira Neto	Thiago da Silva Godoy	2016
Observância das diretrizes legais aplicáveis ao ensino de história regional e local no currículo de duas escolas na fronteira Brasil/Bolívia	Lucilene Machado Garcia Arf	Tânia Bernadete Perucci Pascoal	2019
Educação bilíngue para surdos e identidade surda na fronteira Brasil-Bolívia	Cláudia Araújo de Lima	Lineise Auxiliadora Amarílio dos Santos	2020
Olhares cruzados sobre a fronteira Brasil-Bolívia por meio da literatura infantil	Lucilene Machado Garcia Arf	Tarissa Marques Rodrigues dos Santos	2021
Transporte escolar em região de fronteira: aplicação e transferência de meios efetivos aos alunos da escola municipal CAIC "Padre Ernesto Sassida" e CEMEI "Catarina Anastácio da Cruz"	Marco Aurelio Machado de Oliveira	Mabel Marinho Sahib Aguilar	2021
Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço: uma análise de estudo de caso em Corumbá, MS	Marco Aurelio Machado de Oliveira	Alcino Gabriel da Silva Vernochi	2022

Fonte: Elaboração própria.

A dissertação de Jaime (2010) abordou as especificidades da região de fronteira, sobretudo da escola que atende aos alunos oriundos da Bolívia. O estudo focaliza as implicações e a historicidade de uma escola municipal, situada na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, em Corumbá. A autora procurou analisar as variáveis e as metodologias que são utilizadas na escola em resposta às demandas dos alunos de origem boliviana. Ela enfatizou a necessidade de um trabalho pedagógico intercultural e de consolidação da percepção da função social da Língua Espanhola.

O trabalho de Ribeiro (2011) discutiu as dificuldades e os desafios enfrentados pelas crianças "migrantes" em escolas da região de fronteira entre Brasil e Bolívia. A pesquisa teve por objetivo refletir sobre a construção de uma identidade nacional e a consciência histórica dentro das propostas curriculares e pedagógicas das escolas de fronteira do MS com a Bolívia. A autora realizou uma pesquisa etnográfica, por meio de observações em uma escola municipal do campo de Corumbá, com localização muito próxima à linha de fronteira, que possui um número significativo de matrículas de alunos de origem boliviana. Ela apontou que a escola necessita de políticas públicas que de fato contemplem as singularidades da região.

A pesquisa de Conceição (2014) teve por objetivo analisar a presença de alunos de origem boliviana em uma escola municipal e outra estadual em Corumbá, em bairros próximos à linha de fronteira. Os objetivos específicos foram: entender as motivações que determinam o movimento diário de alunos da Bolívia para o Brasil; discutir as dificuldades enfrentadas por esses alunos no processo de ensino e aprendizagem e nas relações socioespaciais nas escolas brasileiras; e analisar a influência deste processo na construção da identidade territorial deles. Para coletar os dados, além de revisão bibliográfica, também foram feitas entrevistas com os professores, diretores, alunos e seus familiares, o que proporcionou alcançar informações sobre as famílias, a escolha por estudar no Brasil, o acolhimento, o preconceito muitas vezes enfrentados pelos alunos, e o convívio dentro da escola, que pode afetar seu desempenho escolar.

O trabalho de Bumlai (2014) foi executado em duas escolas de fronteira, uma escola municipal do campo em Corumbá, e outra na Bolívia. A pesquisa teve por objetivo verificar o papel da escola e da educação na integração, diminuição das diferenças e preservação das identidades. O trabalho abordou ações interculturais que podem aproximar, integrar e preservar aspectos culturais de alunos brasileiros que moram na Bolívia, mas estudam no Brasil e que diariamente realizam o trajeto Bolívia-Brasil. Tratou-se de uma pesquisa etnográfica, com observação e aplicação de questionário e entrevista com os professores, alunos, coordenadores e diretores das duas escolas. Ao final da investigação, a autora apresentou proposições de ações efetivas para as demandas que foram encontradas.

A pesquisa desenvolvida por Barros (2014) procurou analisar e explicar a variação dos textos escritos por alunos bolivianos que estudavam em escolas brasileiras (uma municipal e outra estadual, ambas urbanas, em Corumbá). Entre os seus resultados, a autora afirmou a necessidade "[...] de políticas públicas que atendam demandas educacionais para esse perfil de aluno que precisa de inclusão escolar e de educação formal" (Barros, 2014, p. 6).

Já Godoy (2016) buscou analisar o diálogo multicultural existente em uma escola de fronteira, situada em Corumbá, tendo como instrumentos para a coleta de dados o questionário, a entrevista formal e não formal, assim como a realização de observações. Nas análises, houve destaque ao componente curricular "Formação Cidadã". Pascoal (2019) averiguou o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei n.º 9.394/1996 e a Lei n.º 070/2010 (*Ley de la Educación* – Avelino Siñani - Elizardo Pérez). Ela analisou o currículo de duas escolas: uma municipal em território brasileiro, e outra no lado boliviano. Ao final do estudo, foi sugerido um projeto de ação de adequação dos currículos das escolas participantes.

A pesquisa desenvolvida por Santos (2021) investigou o uso da literatura infantil pelos professores dos anos iniciais nas escolas da fronteira Brasil-Bolívia. O estudo ocorreu em duas escolas corumbaenses (urbana e do campo) e duas escolas da cidade de Puerto Quijarro. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários, visitação, observação participante e vivências literárias. A autora verificou que a literatura infantil pode contribuir para a aproximação entre as culturas no processo de aprendizagem, diminuindo o preconceito e incentivando a prática das Línguas Espanhola e Portuguesa no entrecruzamento espacial e humano.

Aguilar (2021), por sua vez, teve por objetivo investigar o transporte público escolar em região de fronteira, os meios de transporte, a segurança e as modalidades utilizados pelos alunos de uma escola municipal localizada na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, propondo a inserção de uma nova linha de transporte escolar. No estudo foi constatado que os alunos que vivem na Bolívia e estudam no Brasil encontravam-se vulneráveis pela não aplicação de uma política pública que lhes possibilitasse o direito ao transporte escolar. Os dados da pesquisa foram disponibilizados para o órgão público municipal, para análise da viabilidade de sua implantação e efetivação como política pública.

Já Vernochi (2022) teve por objetivo investigar eventuais ações xenófobas que ocorrem nas escolas de Corumbá. Foram realizadas entrevistas com diferentes funcionários das escolas selecionadas e com alunos brasileiros, bolivianos e de ascendência boliviana. Um dos alunos entrevistados era surdo com ascendência boliviana. A autora destacou que dois terços dos entrevistados relataram presenciar ou ter sofrido algum tipo de discriminação na escola devido à sua nacionalidade.

Silva (2016) teve por objetivo analisar o processo de alfabetização dos alunos residentes na Bolívia, que estudam em uma escola municipal urbana em Corumbá. Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas com professores, alunos e uma coordenadora. Os dados das entrevistas apontaram algumas dificuldades na alfabetização dos alunos que residem na Bolívia, com destaque para as questões de comunicação, devido às diferenças linguísticas. A autora relatou a existência de alunos que residiam na Bolívia, estudavam no Brasil e possuíam alguma deficiência: "[...] do total de 69 alunos residentes na Bolívia, 3 deles são alunos com deficiência" (Silva, 2016, p. 57). Ela propôs um plano de ação em duas etapas para alfabetização de alunos residentes na Bolívia, ressaltando a diversidade dos estudantes: "Das doze turmas pesquisadas, dez possuem alunos com deficiência. O professor precisa se desdobrar para atender a alfabetização de alunos brasileiros, de alunos bolivianos que enfrentam muita dificuldade neste processo. E, ainda, estar preparado para alfabetizar alunos com deficiência" (Silva, 2016, p. 52).

Santos (2020) acompanhou o processo de aprendizagem da língua de sinais, a partir dos pressupostos da educação bilíngue, no contexto do universo linguístico e cultural na fronteira Brasil-Bolívia. Para a coleta de dados, foi realizada a pesquisa documental, a observação do serviço especializado e foram aplicados questionários. Como resultado, a autora ressaltou que a maioria dos alunos estava inserida em famílias ouvintes e que se comunicavam por meio do Espanhol, sem terem conhecimento sobre a LSB. Quando os alunos chegavam à escola para ser alfabetizados, passavam a conhecer a Libras e o Português, o que tornava o processo de aprendizagem marcado por dificuldades. Ela também apontou que, para se ter um espaço bilíngue, exige-se que todos os profissionais da escola tenham conhecimento da língua de sinais, da cultura surda, e que isso pode possibilitar uma mudança estrutural na metodologia e no processo avaliativo da escola.

A maioria dos trabalhos versa sobre a educação dos alunos, bolivianos ou descendentes de bolivianos, que estudam nas escolas brasileiras, tendo sido realizados nas escolas da cidade de Corumbá, nas dependências municipal urbana, estadual urbana e municipal do campo. Em geral, os estudos discutem a educação/escolarização dos estudantes de origem boliviana, mas não mencionam o processo de inclusão escolar dos alunos que tem essa origem e fazem parte do público da Educação Especial.

A pesquisa de Silva (2016) mostrou a presença de três alunos com deficiência que residiam na Bolívia e estudavam em escola brasileira, e o trabalho de Santos (2020) abordou a alfabetização dos alunos surdos, com ênfase na educação bilíngue. No entanto, os dois trabalhos enfatizaram as dificuldades e diferenças linguísticas em relação ao Espanhol e à LSB, sem aprofundar no contexto mais amplo do processo de inclusão escolar desses alunos.

A maioria dos trabalhos encontrados no PPGEF/CPAN incide sobre a escolarização de estudantes de origem boliviana, sem especificar se estes fazem parte do público da Educação Especial. Quando o fazem, pouco é retratado sobre o seu processo de inclusão escolar, o que requer a realização de pesquisas que levem em consideração esses dois fatores em intersecção.

Em relação à busca por dissertações do PPGE/CPAN, foram excluídos os trabalhos que não estavam diretamente vinculados à educação de alunos de origem boliviana, sendo selecionadas apenas as pesquisas que tinham aproximação com o tema, a partir da leitura dos títulos das dissertações. Na página do programa e no Repositório Institucional da UFMS estavam disponíveis dissertações defendidas desde 2011 até 2023. O levantamento resultou na seleção de apenas um trabalho, que terá suas informações detalhadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Título, orientador (a), autoria e ano de dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS/CPAN

Título	Orientador (a)	Autoria	Ano
Surdos brasileiros e bolivianos em destaque: processo inclusivo em uma escola no município de Corumbá-MS	Cláudia Araújo de Lima	Maurício Loubet	2017

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho de Loubet (2017) teve por objetivo analisar as ações pedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem e da inclusão linguística de alunos surdos brasileiros e bolivianos que estudam no Ensino Médio, em uma escola situada no município de Corumbá. O autor realizou seis entrevistas com dois professores de Língua Portuguesa; um tradutor intérprete de Libras e Língua Portuguesa; e três alunos surdos, sendo dois brasileiros e um boliviano. Loubet (2017) discutiu as dificuldades de adaptação enfrentadas pelos alunos surdos, como a falta de adaptação curricular, a pouca interação com os professores e colegas, em virtude de poucos conhecerem a Libras e sempre ser necessária a mediação do profissional intérprete.

Ao avaliarmos o resultado das buscas em todos os bancos, notamos que as pesquisas que tratam sobre a educação do público da Educação Especial dizem respeito aos alunos surdos (Loubet, 2017; Santos, 2020; Miranda, 2020). Esses três trabalhos ressaltam o fato de que os alunos chegam às escolas sem conhecerem a LSB, e nas escolas brasileiras passam a aprender a Libras, o que traz inúmeros desafios em seu processo de escolarização.

Um levantamento sobre as pesquisas que abordam a educação no PPGEF e no PPGE, semelhante ao nosso, foi realizado recentemente por Tavano e Oliveira (2022). Por terem outros critérios de seleção, o levantamento feito por eles obteve alguns resultados diferentes. Os autores selecionaram nove trabalhos do PPGEF, e dois do PPGE. Oito produções por eles encontradas também foram selecionadas em nossa busca, e outras três não foram selecionadas. Sobre as pesquisas desenvolvidas nos dois Programas de Pós-graduação, os autores fazem a seguinte apreciação:

> Chama-nos a atenção que as produções não tratam do sistema educacional municipal de forma ampla, trazendo a discussão para escolas e situações educacionais específicas. Isso não nos permite tomar as individualidades pelo todo, ainda que possamos aventar que parte das problemáticas localizadas nas escolas estudadas também possam ser encontradas nas outras instituições municipais de Corumbá, dado o contexto citadino se repetir. [...] Vale notar que no espaço-tempo da aula nas escolas públicas corumbaenses, a presença dos migrantes internacionais residentes ou pendulares não é recente. Morais (2010) relata que há íntima relação entre Corumbá e esses sujeitos há mais de 200 anos nos vários segmentos sociais, o que inclui o sistema educacional. Esta situação contextual deveria ser entendida pelo corpo docente como o

> espaço-tempo real de prática e processo de aprendizagem, pois historicamente consolidada. Entretanto, ela é mais percebida como um problema, como um desvio, e acaba por ser desconsiderada (Tavano; Oliveira, 2022, p. 10-11).

Também verificamos em nosso levantamento que os trabalhos não abordam o sistema educacional do município, trazendo dados e informações focalizados em algumas escolas, geograficamente mais próximas à linha de fronteira. No entanto, esses estudantes estão presentes em demais escolas urbanas e do campo, inclusive as escolas das águas (ribeirinhas). Percebemos que os trabalhos não se aprofundam em relação à escolarização e inclusão de alunos com deficiência, o que evidencia a ausência de um olhar um pouco mais abrangente sobre as diferentes condições e barreiras existentes na concretização do direito à educação.

Nas pesquisas encontradas há pouco diálogo com autores da área da Educação, uma vez que a maior parte das investigações não foram realizadas no PPGE, e nem todos os trabalhos estavam diretamente voltados à análise do processo educacional, abordando questões diversas que envolvem a escola, como o transporte escolar, o preconceito e outras temáticas, sem propriamente debater as políticas públicas ou ouvir as famílias. Nas pesquisas em que os estudantes são ouvidos não são discutidas questões econômicas que estão presentes no contexto da fronteira, ou as condições sociais das famílias de origem boliviana de forma direta.

De modo geral, os trabalhos contribuem para a temática da inclusão escolar dos alunos que tem origem boliviana, e que muitas vezes sofrem com a falta de acolhimento em algumas escolas. Esses estudos evidenciaram as vivências, as dificuldades dessa população em meio ao contexto fronteiriço, que é múltiplo e diverso.

Constatamos que as pesquisas sobre a educação de alunos de origem boliviana, que estudam em escolas brasileiras, é um tema que tangencia as investigações realizadas na UFMS/CPAN, estando mais presentes no PPGEF, em diversos trabalhos. Todavia, os alunos público da Educação Especial ainda não estão totalmente representados nessas pesquisas, se considerarmos o contexto fronteiriço, o que reafirma a necessidade de outras investigações sobre o processo de escolarização dessa população. Ainda assim, as pesquisas oferecem pistas sobre os caminhos a percorrer, ao mostrar os conhecimentos produzidos e as questões ainda a responder.

Destacamos a relevância de analisar o processo de escolarização dos alunos imigrantes bolivianos que integram o público da Educação Especial em Corumbá. Esta análise se torna ainda mais significativa quando abordada sob a perspectiva dos familiares, que desempenham um papel crucial no processo de inclusão escolar. Apesar de sua importância, a contribuição das famílias nesse contexto frequentemente não recebe a devida atenção nas investigações

científicas. Considerar a experiência e a visão dos familiares proporciona uma compreensão mais ampla e profunda das dinâmicas de inclusão escolar, reconhecendo as dificuldades, os desafios e as estratégias de adaptação que eles vivenciam, assim como as formas de suporte que oferecem aos filhos. Além disso, essa abordagem pode contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais e para a formulação de políticas públicas mais eficazes na promoção da inclusão plena de alunos público da Educação Especial.

3 PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capitulo tem por finalidade apresentar um breve panorama sobre estudos acerca da perspectiva das famílias de estudantes público da Educação Especial sobre o processo de inclusão escolar, a fim de identificar as tendências metodológicas e analisar contribuições para o avanço da investigação científica sobre o tema.

A inclusão escolar ainda pode ser vista como um desafio a ser enfrentado, em relação ao PAEE, esse desafio se faz presente em diferentes formas, entre eles no enfrentamento ao preconceito e na falta de profissionais qualificados que possam atender as demandas e a necessidade de acessibilidade. Para que as práticas pedagógicas tenham êxito em suas finalidades, consideramos que um dos pontos importantes é que seja realizado um trabalho colaborativo entre os profissionais da escola e as famílias. Conforme Cândido (2023), é necessário

> [...] compreender a família como uma organização que possui especificidades e funcionamento próprio, que inclui variados contextos e é constituída por sujeitos diversos e plurais, que compartilham afetos, valores e formam laços de interesses recíprocos, requer o reconhecimento das unidades familiares a partir dos membros que a constituem, a partir das suas singularidades (Cândido, 2023 p. 22).

As práticas de acolhimento e percepção das singularidades das pessoas devem ser consideradas, reconhecendo o aluno como um ser histórico. Sua trajetória precisa ser levada em conta para a realização das práticas pedagógicas inclusivas. É fundamental que as escolas se preocupem em estabelecer uma relação mais próxima com as famílias de seus alunos, de modo a criar uma rede colaborativa em prol da aprendizagem dos estudantes.

Realizamos o levantamento de pesquisas que tratavam da temática em três momentos entre 2023 e 2024. Escolhemos como fonte de dados teses e dissertações disponíveis na BDTD, por ser uma base digital de fácil acesso, com pesquisas feitas em diferentes instituições brasileiras. O primeiro levantamento foi realizado no dia 18 de agosto de 2023, utilizando a chave de busca (“família” AND “educação” AND “especial”). Nesta primeira procura obtivemos o resultado de 1.740 trabalhos. Optamos, então, por utilizar um recorte temporal tendo início no ano de 2019 até 2023, buscando selecionar trabalhos mais recentes. A partir deste recorte, obtivemos o resultado de um total de 509 trabalhos.

Fizemos um segundo levantamento no dia 22 de agosto de 2023 utilizando outra chave de busca: (“família” AND “escola” AND “deficiência”). Nesta busca obtivemos o resultado de um total de 1.049 trabalhos. Aplicado o mesmo recorte temporal de 2019 até 2023, restou um total de 502 trabalhos.

Partindo dos trabalhos encontrados, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Foram selecionados aqueles que buscaram analisar a perspectiva das famílias dos alunos com deficiência. Considerando os trabalhos dos dois levantamentos e excluindo aqueles que se repetiam, obtivemos o total de uma tese e cinco dissertações.

Em 2019 não foi encontrado nenhum trabalho sobre o tema. No ano seguinte foi selecionada uma tese. Em 2021 houve um aumento progressivo do número de dissertações que abordaram a temática, com o total de cinco estudos. Em 2022 e em 2023 não foi selecionado nenhum trabalho.

No Quadro 2 apresentamos algumas informações sobre os trabalhos selecionados nesta revisão, por título, orientador (a), autor(a), ano, instituição e tipo de trabalho selecionado.

Quadro 5 – Título, orientador (a), autoria, ano, instituição e tipo de trabalho selecionado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Orientador (a)	Autor(a)	Ano	Instituição	Tipo de trabalho
Análise da política de inclusão escolar na perspectiva das famílias de estudantes público-alvo da educação especial	Enicéia Gonçalves Mendes	Ana Paula Silva Cantarelli Branco	2020	UFSCar	Tese
Educação inclusiva e os desafios da relação entre a escola e a família: a experiência da Rede Municipal de São Luís	Marcus Berssa Menezes	Nice Cleudes Borges Lopes	2021	UFJF	Dissertação
Relação família e escola de alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados no Ensino Fundamental I	Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo	Ligia Maria de Almeida Lizeo	2021	UNESP	Dissertação
Caminhos, dificuldades e acertos da escola regular na inclusão de pessoas com síndrome de Down: relato de pais	Vanessa Helena Santana Dalla Déa	Camila de Velasco e Vieira	2021	UFG	Dissertação
Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo	Carlo Schmidt	Daniele Francisca Campos Denardin de Bittencourt	2021	UFSM	Dissertação
Processos de inclusão escolar de estudantes com deficiência na perspectiva de suas mães	Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães	Flávia Laryssa Gonzaga Rabelo	2021	UFRN	Dissertação

Fonte: Elaboração própria.

A tese de Branco (2020) teve o objetivo de analisar a política de inclusão escolar em um município brasileiro, por meio da visão das famílias de estudantes que são público da Educação Especial. Foi realizada uma revisão de estudos que teve como foco a relação, interação e parceria entre a família do aluno público da Educação Especial e a escola. Também se analisou a política de inclusão escolar brasileira, considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008b) e a política de inclusão escolar do município investigado, que foi alvo de avaliação pelos familiares (Branco, 2020).

A autora fez a triangulação dos dados que foram coletados em entrevistas com os familiares e análise dos documentos da política nacional e local. Como resultado, ela apontou que é possível observar no município uma grande influência da parceria do setor público com instituições especializadas filantrópicas, o que demonstra um enfraquecimento do papel do Estado e um silenciamento dos direitos das minorias (Branco, 2020). Embora os índices coletados sejam considerados bons pela autora, ela ressalta que ainda há o que melhorar em relação à participação e organização das escolas. Ela assinala que se o conhecimento dos familiares for ampliado, eles poderão contribuir para os avanços e efeitos da política, de modo a reduzir as desigualdades e promover a justiça social (Branco, 2020).

A dissertação de Lopes (2021) teve por objetivo compreender a relação entre escola e família dos estudantes com deficiência e TEA matriculados no Ensino Fundamental da rede pública de ensino de São Luís, no Maranhão. Foram realizadas análises de documentos da área da Educação Especial e de dados de entrevistas semiestruturadas feitas com gestores e familiares de alunos com deficiência ou TEA de duas escolas que apresentavam um número expressivo de alunos público da Educação Especial. Também foi aplicado um questionário aos familiares para fazer o levantamento de seus perfis.

A autora indicou a existência de uma relação satisfatória entre a escola e as famílias, ressaltando a necessidade de intervenções por parte da escola, para proporcionar uma maior aproximação com relação aos professores dos anos finais do Ensino Fundamental. Ela chama a atenção para a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas dos professores junto aos alunos público da pesquisa. Como resultado, foi indicada a necessidade de sensibilização da comunidade escolar sobre a inclusão educacional (Lopes, 2021).

Os resultados da pesquisa de Lopes (2021) trazem à tona a realidade presente na relação entre família e professores dos anos finais do Ensino Fundamental. De acordo com a autora, a passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental geralmente é vista como um desafio para alguns alunos, sobretudo àqueles que se beneficiam de uma rotina pré-estabelecida. A mudança na rotina, com o aumento da quantidade de professores e a troca

constante de docentes, pode demandar algum tempo até que o aluno consiga estabelecer uma nova rotina. São necessárias estratégias diferenciadas que propiciem uma maior interação e aproximação entre a família e a escola, uma vez que os vínculos deverão ser fortalecidos entre mais pessoas.

Lizeo (2021), em sua dissertação, realizou um estudo de caso, com entrevista semiestruturada, tendo por foco discutir as concepções dos profissionais da educação e das famílias sobre o processo de inclusão escolar, buscando averiguar a existência de trabalho colaborativo e as estratégias para garantir os direitos vigentes nas leis para o atendimento dos alunos público da Educação Especial.

Nessa pesquisa foram realizadas entrevistas com 10 famílias de alunos que apresentavam TEA, quatro gestores, nove professores do ensino comum e um professor da sala de recursos. Os participantes são pertencentes a uma diretoria de ensino que fica localizada no interior do estado de São Paulo. O objetivo principal do trabalho foi compreender e analisar como se constituía a relação entre a família do aluno com TEA e a escola, no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Lizeo, 2021).

Entre os resultados, foi possível visualizar a articulação das famílias em busca da garantia de direitos. A autora assinalou a existência de lacunas na formação do professor especializado, o que acaba por limitar o seu conhecimento sobre a educação inclusiva e a relação família e escola. Sobre os outros profissionais, foi observada a existência de compreensão equivocada sobre a família, com demonstrações de preconceito, ocasionando o impedimento de um trabalho colaborativo. A autora ressaltou que houve avanços em relação ao conhecimento sobre a educação inclusiva e a deficiência em foco (Lizeo, 2021).

A investigação de Bittencourt (2021), assim como a de Lizeo (2021) e Lopes (2021), é voltada à discussão sobre a relação família e escola do aluno com TEA. Em sua pesquisa, ela aplicou um questionário para avaliar os indicadores de parceria colaborativa entre família e escola, a fim de investigar a existência dessa parceria no planejamento e desenvolvimento das intervenções pedagógicas junto aos alunos com TEA. O estudo foi realizado em três escolas públicas localizadas no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, contando com a participação de 13 pessoas, sendo oito professoras e cinco pais de crianças com TEA. Foram preenchidas fichas de caracterização dos participantes, questionário sociodemográfico e questionários sobre a percepção dos participantes a respeito da parceria colaborativa (família e escola). Posteriormente, foi realizada entrevista focalizando a parceria colaborativa. A respeito da relação de parceria colaborativa e as intervenções pedagógicas, a autora destaca

> [...] a importância em considerar os interesses e preferências educacionais dos filhos/alunos para que as intervenções pedagógicas implementadas possam ser adaptadas, auxiliando, assim, o trabalho docente e promovendo práticas colaborativas que tendem a impulsionar o desenvolvimento da aprendizagem do filho/aluno (Bittencourt, 2021, p. 9).

É reconhecida também a importância da constância no contato entre pais e professoras, entendido como um fator determinante para a efetiva relação da parceria colaborativa. Assim como outras pesquisas (Lopes, 2021; Rodrigues, 2021), Bittencourt (2021) explicitou a utilização das mídias sociais como meio de comunicação e aproximação entre a família e a escola.

O trabalho de Vieira (2021) teve por objetivo analisar a percepção de pais de pessoas com síndrome de Down sobre a inclusão na escola comum, buscando verificar as dificuldades encontradas; as práticas pedagógicas que tiveram mais êxito no processo de inclusão escolar dos alunos com síndrome de Down; compreender o papel de uma instituição especializada na inclusão educacional e social das pessoas com síndrome de Down; e discutir o papel da família na inclusão social e educacional. A coleta de dados foi realizada junto aos pais de pessoas com síndrome de Down que faziam parte da Associação Síndrome de Down de Goiás, e contou com a participação de famílias, através de relatos de história de vida que foram enviados pelos familiares por meio de e-mail ou textos escritos à mão (Vieira, 2021).

As práticas pedagógicas exitosas indicadas pelos pais foram: planejamento das práticas pedagógicas, bom relacionamento com colegas, acolhimento e afetividade, espaço amplo e com natureza, respeito ao tempo de aprendizagem, conhecimento, empatia, participação dos pais, entre outros. Enquanto resultados sobre experiências não exitosas, as famílias relataram diversas situações, como: a falta de professor de apoio, a falta de momentos festivos, falta de afetividade e acolhimento, falta de conhecimento sobre características e processo cognitivo, preconceito e discriminação, turmas grandes, momentos de segregação, falta de pedagogia apropriada no processo de aprendizagem e alfabetização, entre outras questões. Verificou-se que as famílias têm visões diferentes sobre certas situações relacionadas ao acolhimento, que influenciam em sua relação com a escola (Vieira, 2021).

A dissertação de Rabelo (2021) teve por objetivo analisar a inclusão de alunos com deficiência na escola, evidenciando os aspectos da relação entre mãe, criança e adolescente com deficiência e uma instituição. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mães de crianças e adolescentes com deficiência.

Os resultados indicaram que os contextos vivenciados pelas mães interferiram em sua percepção e organização ao descobrirem a deficiência do filho. Foi constatada a dificuldade de

escolha da escola para seus filhos e, entre todas as entrevistadas, apenas uma declara não ter tido a negativa da matrícula. No que diz respeito à relação entre os alunos e as escolas, esta foi declarada satisfatória, porém foi apontado que esse entendimento parte de uma visão mais ampla sobre o processo de inclusão. Em suas considerações, a autora afirma que a situação econômica e o grau de escolaridade das mães pareceram estar relacionados a uma maior participação política na busca pelos direitos, e à participação e às cobranças ativas junto às escolas de seus filhos (Rabelo, 2021).

Um último levantamento ocorreu no dia 25 de agosto de 2024 na BDTD, utilizando a chave de busca "(perspectiva família) OR (perspectiva familiar) OR (educação especial)". Nesta procura obtivemos 33.906 trabalhos. Optamos por refinar a busca por área de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) "Educação especial" e com o recorte temporal de 2019 a 2023, buscando selecionar os trabalhos mais recentes. A partir deste recorte, obtivemos o resultado de um total de 14 trabalhos. Destes 14, selecionamos apenas um trabalho que abordava a perspectiva das famílias de alunos com deficiência.

Quadro 6 – Título, orientador (a), autoria e ano de dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Orientador(a)	Autoria	Ano
Perspectiva materna sobre variáveis familiares e serviços oferecidos aos filhos com síndrome de Down e/ou autismo	Fabiana Cia	Cariza de Cássia Spinazola	2020

Fonte: Elaboração própria.

Spinazola (2020) dividiu sua pesquisa em dois estudos, e o primeiro teve como objetivos: a) identificar e comparar as necessidades, o suporte social e a satisfação parental das famílias de crianças pré-escolares de zero a seis anos e do Ensino Fundamental de seis a nove anos com síndrome de Down ou autismo; b) identificar e comparar o sistema familiar de crianças pré-escolares de zero a seis anos e do Ensino Fundamental de seis a nove anos com síndrome de Down ou autismo; c) descrever e comparar a opinião das famílias sobre os serviços oferecidos aos seus filhos pré-escolares de zero a seis anos e do Ensino Fundamental de seis a nove anos com síndrome de Down ou autismo; d) correlacionar as variáveis.

O segundo estudo, por sua vez, teve o objetivo de identificar e comparar as necessidades, o suporte social e a satisfação parental das famílias de crianças com síndrome de Down e autismo. A coleta de dados foi realizada com as mães dos alunos, por meio de

questionários. Os dados foram organizados em dois grupos, que foram comparados na demonstração dos resultados (Spinazola, 2020). Os resultados mostraram que ainda havia crianças que não recebiam atendimento da Educação Especial, que na maioria dos casos as escolas não esclareciam os pais sobre suas dúvidas e não faziam o encaminhamento dos alunos para os serviços especializados públicos. As respostas também indicaram a necessidade de profissionais especializados e de apoio financeiro, pois muitos pais recorriam a serviços particulares ou a associações público-privadas (Spinazola, 2020).

As mães de crianças com síndrome de Down apresentaram maiores necessidades de informações sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve. Já as mães de crianças com autismo apresentaram necessidades nas questões sobre a situação dos filhos e ajuda para pagar despesas com terapeutas e outros serviços. Os dados evidenciaram a importância de redes de apoio mais efetivas para famílias de crianças matriculadas na rede pública e traz subsídios relevantes para políticas públicas, programas e ações, principalmente em nível municipal (Spinazola, 2020).

Foi constante entre os resultados dos trabalhos a existência de dificuldades em relação às instituições escolares construírem estratégias para proporcionar uma maior interação e aproximação com as famílias dos alunos. A fim de demonstrar a aproximação entre as duas instituições, Bittencourt (2021) e Lopes (2021) apontaram a utilização das mídias digitais, sobretudo, o contato via WhatsApp, fazendo a ressalva de que, a depender da forma que for utilizado, este pode se tornar apenas um meio informativo, não se constituindo na garantia de uma relação efetiva entre as partes.

Destacamos a frequência com que foram descritas nos trabalhos atitudes preconceituosas e segregadoras por parte de alguns profissionais das escolas e de alunos. A ocorrência desses episódios pode estar relacionada à ausência de formação dos profissionais e de ações que de fato contribuam para a aprendizagem dos estudantes (Lopes, 2021; Lizeo, 2021; Vieira, 2021).

Acreditamos que o trabalho colaborativo entre os profissionais da escola (professor do ensino comum, professor da Sala de Recursos Multifuncionais, profissionais de apoio e corpo administrativo) e a família seja uma estratégia importante para o planejamento de metodologias que atendam as demandas específicas dos alunos, bem como para proporcionar a aprendizagem. Pinheiro e Silva (2022, p. 109) destacam que "[...] apesar das pesquisas indicarem conflitos na relação família e escola, pela falta de espaços efetivos de fala, muitas também ressaltam sobre a importância dessa construção".

Por meio do levantamento de trabalhos que se relacionam ao tema investigado, foi possível observar as tendências existentes no campo, bem como os procedimentos que foram utilizados nos estudos, que possibilitaram alcançar seus resultados, considerando os objetivos dessas pesquisas.

A relação entre a família e a escola é de grande importância para o desenvolvimento dos alunos, principalmente quando se trata dos estudantes com deficiência. Os trabalhos apresentados nesta seção indicaram uma percepção favorável das famílias quanto à relação de parceria entre as escolas e a família. Essa relação se faz necessária, uma vez que, partindo do conhecimento da família sobre os alunos, esta poderá transmitir informações fundamentais sobre os conhecimentos que eles já possuem, quais temas apresentam maior interesse e lacunas a serem preenchidas, colaborando com as práticas pedagógicas nas escolas.

A família é a primeira instituição pela qual todos passamos. Quando se inicia a vida escolar, a escola passa a ser a segunda instituição mais importante em que o estudante irá conviver. Assim é salutar que as duas caminhem juntas em busca da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos. Ao ouvirmos as famílias, é possível melhor compreender seus receios e anseios na escolarização dos seus filhos. Verificamos, a partir das visões das famílias presentes nos trabalhos descritos, as dificuldades, mas também as possibilidades de atuação que existem nessa relação.

4 O QUE DIZEM AS FAMÍLIAS: ANÁLISE DOS DADOS DE ENTREVISTA

Neste capítulo são apresentadas análises dos resultados das entrevistas. Estas foram realizadas com 10 familiares de alunos público da Educação Especial de origem boliviana que são atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais: brasileiros (com origem boliviana), bolivianos ou que possuem dupla nacionalidade. As entrevistas ocorreram perante o aceite do familiar, de forma individual e em ambiente reservado. O Quadro 7, a seguir, apresenta informações sobre os familiares participantes da pesquisa e a categoria do público da Educação Especial e outras condições específicas correspondentes.

Quadro 7 – Características dos familiares participantes da pesquisa

Participante (responsável)	**Grau de parentesco**	**Idade e nacionalidade do responsável**	**Idade e nacionalidade do aluno**	**Categoria do público da Educação Especial**
P1	Pai	47 – Boliviana	10 – Dupla nacionalidade	"Atraso cognitivo" (em avaliação)
P2	Pai	54 – Boliviana	9 – Boliviana	Surdez
P3	Pai	50 – Dupla nacionalidade	12 – Dupla nacionalidade	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)
P4	Mãe	47 – Boliviana	6 – Brasileiro	Síndrome de Down
P5	Mãe	34 – Boliviana	5 – Brasileiro	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)
P6	Irmão	19 – Dupla nacionalidade	11 – Dupla nacionalidade	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)
P7	Mãe	33 – Boliviana	7 – Boliviana	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)
P8	Mãe	56 – Boliviana	18 – Brasileiro	Deficiência Intelectual
P9	Mãe	36 – Boliviana	6 – Boliviana	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)
P10	Mãe	41 – Boliviana	10 – Brasileiro	Surdez

Fonte: Elaboração própria.

Os participantes foram nomeados de P1 a P10. Participaram da entrevista seis mães, três pais e um irmão. As idades dos participantes variaram de 19 a 56, com média de 41 anos. As idades dos alunos variaram de cinco a 18, com média de nove anos. As categorias do público da Educação Especial foram: um com "atraso cognitivo" (em avaliação), um com síndrome de Down, um com deficiência intelectual, dois com surdez, cinco com TEA e dois com TEA e TDAH. Os resultados serão apresentados, a partir dos eixos de análise: a) a escolha por uma escola brasileira; b) Em busca de escolarização no Brasil; c) benefícios sociais; d) serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização; e) relação família e escola.

4.1 A escolha por uma escola brasileira

Na categoria "a escolha por uma escola brasileira", buscamos compreender o que levou as famílias participantes a matricular seus filhos em uma escola brasileira. Para tanto, perguntamos aos participantes se o aluno iniciou sua trajetória escolar em uma instituição de ensino brasileira, há quanto tempo frequenta a escola brasileira e qual foi o principal motivo que levou à matrícula nessa instituição. Para melhor apresentar esses resultados organizamos um quadro contendo um resumo das respostas apresentadas por todos os participantes.

Quadro 8 – Resumo das respostas dos participantes

Participante	Iniciou os estudos em escolas brasileiras	Tempo que estuda em escola brasileira	Motivo principal para a matricula
P1	Não	Quatro anos	Lá (Bolívia) não há professores especializados para as deficiências e para fazer as terapias, não especialistas como aqui em Corumbá para fazer esses tratamentos.
P2	Sim	Cinco anos	Toda a família estudou aqui, temos residência próximo.
P3	Sim	Oito anos	Escolhi aqui porque é uma escola mais especializada.
P4	Sim	Três anos	Família mora próximo a escola
P5	Sim	Dois anos	Escolhi essa escola devido à disponibilidade de apoio especializado, embora haja atendimento adequado em Santa Cruz, a região fronteiriça da Bolívia ainda é necessário infraestrutura para atender crianças autistas.
P6	Sim	Seis anos	Matriculamos ele aqui porque toda minha família estudou aqui, e também devido à falta de professores especializados em autismo na Bolívia.
P7	Não	Um ano	Na terapia que ela faz me indicaram essa escola.
P8	Sim	Ele estudou na APAE mas não lembro quantos anos exatos	Sempre nos falaram que as escolas do Brasil eram melhores, os professores eram especializados.
P9	Não	Um ano	Lá na Bolívia os professores não têm formação para atender crianças especiais.
P10	Sim	Sete anos	Escolhi aqui porque me falaram que tinha muitas salas de recurso e que tinha profissionais mais qualificados para trabalhar com a deficiência, que nos foi dito que ele tinha perda auditiva e que essa era a melhor escola para acolher o meu filho com deficiência.

Fonte: Elaboração própria.

Dos entrevistados dez entrevistados, sete optaram por já iniciar os estudos em escolas brasileiras: há cinco anos (P2), oito anos (P3), três anos (P4) e seis anos (P6). "Já faz tempo que ele estuda aqui e antes daqui ele estudou na APAE [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais], mas não lembro quantos anos exatos" (P8). "Ele estuda desde os três anos, então

já faz uns sete anos que ele estuda e sempre estudou aqui nessa escola. Desde a creche, estudou um ano e meio na creche, aí foi para o Pré I, Pré II e até agora que ele já está no quinto ano" (P10).

Três dos entrevistados destacaram que os alunos já haviam estudado em instituições escolares bolivianas: "Três anos, três anos nessa escola, ele fez o primeiro ano na Bolívia, e os outros anos aqui, agora ele está no quarto ano" (P1). "Ele começou a estudar aqui esse ano, antes ele tinha estudado um ano lá na Bolívia, mas resolvemos mudar ele para cá, para o Brasil" (P9).

Conceição (2014) aponta que, no contexto de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, a educação pública brasileira é vista como um elemento de deslocamento de famílias bolivianas que, insatisfeitas com as condições das escolas em seu país, migram diariamente para estudar. Esses fatores justificam a busca pela matrícula de seus filhos nas escolas públicas brasileiras, desde os primeiros anos de escolarização. Sobre os motivos que levaram as famílias a escolherem escolas brasileiras, um dos fatores mais apontados pelos entrevistados foi a atuação de profissionais especializados. "Ele estudou em outra escola na Bolívia, mas lá não havia este tratamento, lá não há professores especializados para as deficiências e para fazer as terapias, lá não há especialistas como aqui em Corumbá para fazer esses tratamentos" (P1). "Escolhi aqui, porque aqui é uma escola mais especializada, lá na Bolívia é diferente, eles não conhecem o autismo ainda" (P3). "Escolhi essa escola pela condição dele, porque ele demanda de mais apoio, e aqui no Brasil tem professor de apoio. Lá na Bolívia não tem condições para atender crianças autistas, em Santa Cruz eles atendem bem, mas aqui na fronteira não [...]" (P5).

Rodrigues, Agrelos e Nozu (2019) registraram dificuldades na oferta de serviços especializados, ao fazerem um levantamento sobre a construção do direito à Educação Especial no Brasil, no Paraguai e na Bolívia, evidenciando que a política de inclusão escolar dos alunos com deficiência tem se configurado de maneira adversa nas zonas de fronteira do Brasil, pois os indicadores educacionais dão indícios de que tais políticas são implementadas com maior efetividade no lado brasileiro da fronteira.

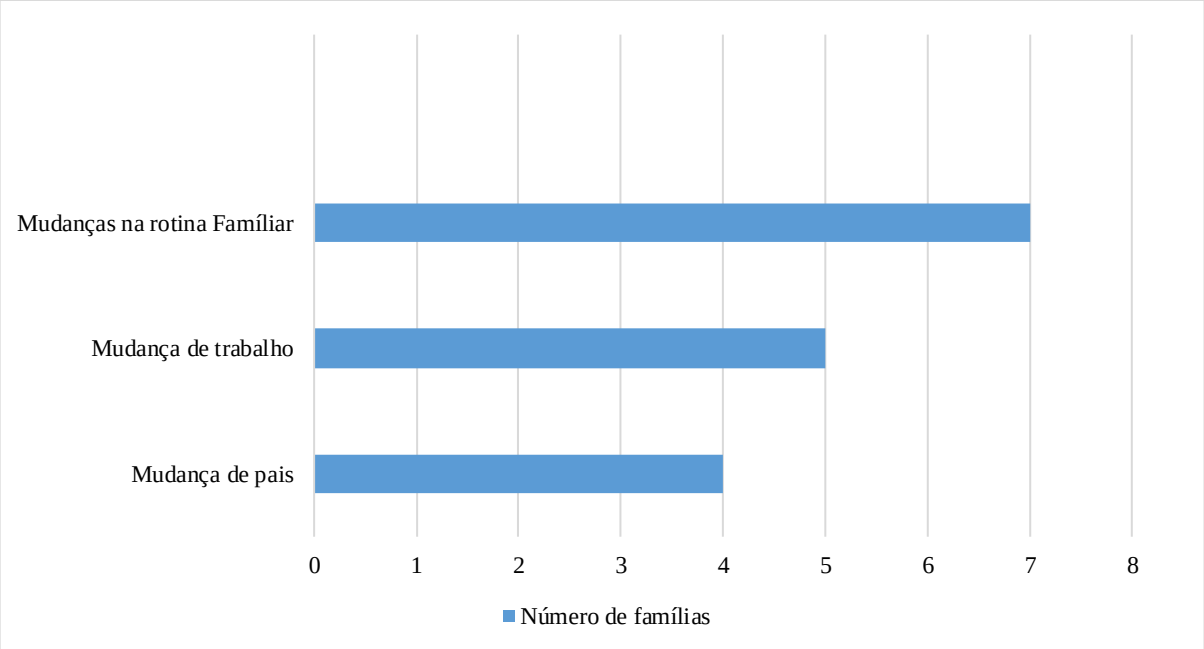
O município de Corumbá, em sua Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Corumbá, 2022), no artigo 4º, instituiu o Núcleo de Educação Especial e Inclusão (NEEI), e no artigo 5º que os profissionais que compõem o NEEI deverão possuir graduação com licenciatura e pós-graduação em Educação Especial, ou em áreas afins. O NEEI atende a todas as escolas da rede municipal de ensino. Em sua totalidade, a rede municipal possui 13 Salas de Recursos Multifuncionais, contando também com profissionais de apoio escolar (CORUMBÁ, 2023b). As escolas, assim como nas demais

localidades do país, computam a dupla matrícula do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O município tem uma unidade da APAE, que possui convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de um Centro Especializado de Reabilitação (CER), para a oferta de atendimento especializado (Kassar *et al*., 2018). A despeito da destinação de recursos públicos para o setor privado especializado (Kassar *et al*., 2018), na ausência de instituições públicas que ofertem serviços especializados, essa instituição tem atendido esses alunos.

4.2 Em busca de escolarização no Brasil

No processo de busca pela escolarização, as famílias relataram as mudanças de vida necessárias para acompanhar seus filhos nas atividades educacionais e terapêuticas. As modificações que mais apareceram nas respostas foram organizadas em um diagrama para melhor visualização e análise (alguns dos participantes responderam com mais de uma mudança).

Figura 3 – Mudanças de vida mais apontadas pelas famílias.



Fonte: Elaboração própria.

Ao perguntarmos às famílias sobre as mudanças que elas tiveram que fazer para acompanhar seus filhos em atividades educacionais ou terapêuticas, uma das respostas mais recorrentes dos entrevistados foi a mudança de país: “Nos mudamos aqui para Corumbá para morar mais próximo a essa escola” (P2). “Tivemos que mudar da Bolívia para Corumbá,

alugamos uma casa [...]" (P6). "Vir morar aqui, nós morávamos na Bolívia e nos mudamos para o Brasil para ficar mais perto da sua escola. O meu marido continua morando na Bolívia e eu moro aqui com minha filha" (P7).

Conceição (2014) descreveu as dificuldades relacionadas ao transporte, que são enfrentadas diariamente pelos alunos que moram na Bolívia e estudam em Corumbá. Nos depoimentos coletados pela autora, os alunos relataram faltar à escola em períodos de chuva, quando fecha a fronteira ou quando os pais não podem trazê-los até o ponto do ônibus do lado brasileiro. Tais dificuldades impactam o desempenho do estudante, sendo levadas em consideração por essas famílias que optam por se mudar para o Brasil.

Outro ponto trazido pelas famílias foi a mudança de rotina ou de trabalho, como podemos observar em suas falas: "[...] Antes eu trabalhava viajando, agora trabalho aqui como autônomo, para ficar próximo e levá-lo às terapias, agora trabalho apenas a tarde" (P1). "Eu tive que deixar de trabalhar para poder acompanhar ele na escola, ele faz várias terapias, e consultas com neurologista e psicopedagoga, e eu que acompanho ele em tudo" (P5). "[...] Eu tenho que sair um pouco mais cedo de casa, demora mais ou menos uns 30 minutos para atravessar a fronteira e vir para cá" (P9). "Eu tive que deixar meu trabalho, e só meu marido continua trabalhando, o meu trabalho agora são meus filhos. Tem vezes que eu revendo cosméticos, faço algumas coisas para ajudar com a renda, procurei um trabalho que seja mais flexível, para que eu possa acompanhar ele" (P10).

A situação apontada pelos participantes P5 e P10 e uma ocorrência que é comum as famílias de crianças com deficiência, onde em alguns casos, um dos cônjuges, geralmente o pai, passa a trabalhar em período integral, fazer horas extras ou buscar atividades informais para melhorar a situação financeira. Além disso, o abandono do trabalho, mais comum entre as mães, foi identificado em estudos como um fator agravante ou causador das dificuldades financeiras (Dantas *et al*., 2019)

Alguns participantes mencionaram a saída de empregos formais para outros autônomos (por exemplo, revendas) para poder se dedicar ao filho. Essas alternativas foram adotadas por P1 e P10, para que pudessem adequar suas rotinas para acompanhar seus filhos nas diferentes atividades realizadas por eles.

Os trabalhos informais, principalmente no comércio de pequenos bens de consumo, são frequentes ocupações da população boliviana em Corumbá. Gustavo Costa (2013) aponta a existência de vendedores em sua maioria de origem boliviana, que trabalhavam nas ruas de Corumbá de maneira precária. Eles se juntaram para formar um ponto de revenda que ficou muito conhecido na cidade, a Feira "Bras-Bol", popularmente chamada de "feirinha", uma

espécie de “camelódromo” que funcionou em Corumbá por aproximadamente 18 anos. Esse espaço tinha como a maioria de seus vendedores bolivianos que traziam produtos importados da Bolívia e os revendiam em barracas feitas de madeira. O poder público municipal, no ano de 2013, fechou o espaço, alegando a existência de denúncias de concorrência desleal e falta de pagamento de impostos (Fernandes, 2019).

A saída de empregos formais para informais, algumas vezes, pode ter reflexos na renda familiar e na qualidade de vida das famílias. Tem-se, portanto, a necessidade de políticas públicas que venham assistir a essa população, para que não passe por situações de precariedade e vulnerabilidade social.

4.3 Benefícios sociais

Os benefícios sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) visam contribuir financeiramente com a renda de famílias mais pobres, com trabalhos precários. O programa Bolsa Família é destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, nas quais a renda per capita mensal não ultrapasse R$ 218,00. Já o BPC/LOAS é disponibilizado pelo governo brasileiro às pessoas com deficiência que comprovarem sua necessidade e aos idosos acima de 65 anos. Programas dessa natureza podem ajudar essas famílias que muitas vezes não conseguem estabilidade em trabalhos fixos, por terem que acompanhar seus filhos em diferentes atividades que são importantes para o seu desenvolvimento.

Questionamos os familiares se eles tinham acesso a benefícios sociais e se estes contribuíam de alguma forma com o processo de escolarização de seus filhos. Dos 10 entrevistados, seis responderam que não recebiam benefícios sociais, por diferentes motivos, desde a falta de documentação (P7, P8, P9, P10), de informações (P2), e até mesmo por nunca terem buscado informações a respeito (P5). Brito e Silva (2019) evidenciaram em sua pesquisa que existe uma necessidade mais prevalente pelos familiares de pessoas com deficiência pela obtenção de informações. A maioria dos participantes da pesquisa indicaram o desejo de receber dados sobre a deficiência de seus filhos, bem como informações acerca de seus direitos, serviços de apoio disponíveis e orientações práticas para a criação e educação das crianças.

Quatro entrevistados responderam que recebem algum tipo de benefício: “Sim recebemos o Bolsa Família, que ajuda a levar ele para as terapias na APAE e comprar as medicações” (P1). “Sim, ajuda a pagar a consulta e para comprar as coisas que ele precisa [...]” (P3). “Sim, é com esse benefício que conseguimos pagar a fonoaudióloga e também a psicóloga,

para que ela consiga falar e aprender melhor" (P4). "Ele recebe, mas não ajuda muito porque a gente paga aluguel e a luz que é um pouco cara e não sobra para ajudar em outras coisas" (P6).

O BPC foi criado e implementado pela Lei Orgânica de Assistência Social com o objetivo de oferecer proteção social a indivíduos que não conseguem garantir seu próprio sustento. No entanto, o benefício tem sido negado em diversos casos, o que compromete o princípio da dignidade humana e os direitos fundamentais dos beneficiários (Firmino; Nicácio, 2024).

Ademais, o BPC é um importante mecanismo de segurança de renda, assegurando o acesso a bens essenciais, como alimentação, cuidados de saúde e despesas com moradia para pessoas com deficiência e suas famílias, e as pessoas com deficiência associam a concessão do benefício ao aumento da sua independência social e financeira em relação às suas famílias, o que contribui para a ampliação dos conceitos de autonomia e cidadania. Além disso, o BPC é uma ferramenta eficaz na proteção dos beneficiados e suas famílias contra as vulnerabilidades sociais, como a pobreza, o desemprego e o trabalho informal (Santos, 2011).

Santos (2011) aponta que a renda do BPC é relevante como proteção social e para a garantia das necessidades básicas, entretanto não promove o aumento nos padrões de consumo de bens secundários, lazer ou geração de renda. Trata-se de programas importantes, uma vez que contribuem com o processo de inclusão escolar, como é citado por P1, ao afirmar que este auxilia nos custos com o transporte da criança para as terapias, para a compra de medicamentos e, assim, não deveriam ser foco de cortes de gastos pelo poder público.

4.4 Serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização

No eixo "serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização" abordamos as repercussões e influências dos serviços intersetoriais no processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial. Em relação aos serviços intersetoriais, ressaltamos que todos os entrevistados frequentam a sala de Recursos Multifuncionais. Quando questionados sobre outros serviços intersetoriais, apenas os participantes P1 e P3 utilizam outros serviços públicos, como equoterapia. O participante P1 também faz uso dos serviços de fonoaudiologia e nutrição, enquanto o participante P4 frequentava fonoaudiologia e psicologia, sendo estes últimos serviços privados. Os demais participantes (P2, P5, P6, P7, P8, P9, P10) não participavam de nenhum outro serviço intersetorial.

Questionamos os familiares se o aluno frequentava outros serviços públicos e se os entrevistados identificavam alguma contribuição desses serviços na escolarização de seu filho: "Ele faz o AEE aqui na escola e a equoterapia[5] [...]" (P3).

> Ele frequenta terapias com cavalos [equoterapia], vai na APAE e é atendido pela fonoaudióloga e nutricionista. Esses serviços melhoraram a vida dele, ele está mais calmo, mais tranquilo, o que facilita para eu poder ir trabalhar, para que sua mãe consiga cuidar dele sozinho quando eu voltar para o trabalho. Também ele utiliza o SUS [Sistema Único de Saúde] para consultar com a neurologista, quando tem que fazer os exames que ela passa; e passa remédio, para acalmar (P1).

Os serviços especializados em uma perspectiva intersetorial são essenciais para os alunos que apresentam especificidades em seu processo de ensino e aprendizagem. Esses serviços devem complementar a escolarização, como preconiza a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008b), ao longo do percurso escolar. Esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. No entanto, nem todos os alunos têm acesso a esses serviços: "Eu até levei na APAE, mas é muito difícil conseguir lá, as vezes não querem nos atender, porque somos bolivianos. Às vezes até nos atende, mas falam que tem que esperar, esperar, mas eu não tenho muito tempo, então resolvemos buscar no particular" (P4). "Ele faz atendimento apenas na Clínica [nome da clínica particular]. Recomendaram para ele fazer atendimento na APAE, mas eu ainda não fui procurar esse atendimento" (P9).

Destacamos a fala da participante P4, que relata o fato de possuir nacionalidade boliviana ser um argumento para não ser atendida pela instituição, o que dá indícios de eventuais atitudes discriminatórias. Salientamos que, no tocante a serviços intersetoriais para os alunos da Educação Especial, a APAE mostra-se como protagonista no município, ao realizar atendimentos em parceria/convênios com os órgãos públicos.

A APAE é uma "[...] entidade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial, educacional e com duração indeterminada, que tem foro e sede no município onde estiver situada" (Losekan, 2005, p. 13-14). A instituição foi fundada no Brasil em 1954, acompanhando o desenvolvimento e a transformação na sociedade civil brasileira (Jannuzzi, 2006). Instituições como essa se espalharam pelo Brasil, popularizando-se e ganhando força devido ao afastamento do Estado em relação às questões educacionais da pessoa com deficiência, transferindo, assim, a responsabilidade de educação desta população para o setor privado, especialmente para aquela de caráter filantrópico (Meletti, 2008).

---

[5] Segundo Bender e Guarany (2016, p. 271), a equoterapia é eficaz para crianças com autismo, nas tarefas das áreas de mobilidade e autocuidado, sendo uma área inovadora para terapia ocupacional.

Por outro lado, a xenofobia está presente nessa região fronteiriça e é evidenciada em diferentes pesquisas, como de Vernochi (2022), Costa (2011, 2015), Araújo, Conceição e Carvalho (2015), sendo algo que deve ser observado e deve ser foco da intervenção de políticas públicas, tanto dentro como fora das escolas.

4.5 Relação família e escola

No eixo "relação família e escola" abordamos a forma com que as famílias enxergam a sua relação com a escola. Os participantes falaram sobre o acolhimento e as possíveis dificuldades encontradas nessa relação. A maioria dos entrevistados respondeu de forma elogiosa e sucinta, afirmando ter uma boa relação com a escola, e que essa relação ocorria de forma mais frequente via aplicativos, como o WhatsApp: "[...] há um grupo no WhatsApp que eles mandam mensagens fala sobre o filho, sobre as coisas que acontecem na escola" (P1). "Eles ligam, caso aconteça alguma coisa, manda no WhatsApp. Eles sempre me trataram bem" (P9).

Os participantes destacaram o "bom relacionamento" estabelecido com a escola; Silva (2007) ressalta que os familiares esperam ter liberdade para dialogar com os profissionais de maneira clara e acessível, o que facilita a resolução de divergências. Contudo, as respostas obtidas não nos permitem perceber se as famílias demonstram satisfação devido à falta de expectativas em relação à escolarização dos filhos com deficiência, ou a relação entre escola e família é, de fato, satisfatória.

Em relação à resposta do participante P1, ao que parece, a utilização das tecnologias digitais é importante para a comunicação e para as trocas de informações entre a escola e as famílias, o que tem se tornado uma prática recorrente, como apontam as pesquisas. O uso de aplicativos de mensagens foi mencionado nas investigações de Bittencourt (2021), Lopes (2021) e Rodrigues (2021), como formas alternativas de diálogo entre a família e a escola.

P1 se emocionou durante a entrevista ao comparar a escola atual com uma experiência em outra instituição escolar:

> Sim, é muito boa a nossa relação com a escola, pois não existe discriminação, na Bolívia não é assim. [O participante se emociona e fazemos uma pausa no diálogo]. Como eu disse, meu filho estudou na Bolívia primeiro. Meu filho não fala e foi muito difícil por esse motivo, o diretor me chamou e disse "o seu filho não pode estudar aqui, porque ele não fala". Isso me deu uma fúria, uma impotência, mas eu levantei a cabeça. E por esse motivo que trouxemos ele para cá, aqui é muito bom. Quando ele chega, os amiguinhos o chamam e o abraçam. Aqui não há discriminação. A discriminação é muito má, por isso eu estou aqui, por isso eu busquei aqui e acho essa escola muito boa! (P1).

A discriminação é o preconceito posto em ação, mas nem sempre é evidente. De acordo com Piva (2015), recentemente, devido às políticas de combate ao preconceito, este vem se apresentando de forma mais sutil, ou velada, disfarçando-se nas formas de frieza ou até mesmo de desprezo. No entanto, faz-se presente em todos os âmbitos sociais, inclusive dentro das instituições escolares que se dizem inclusivas.

É um senso comum o fato de a população do município em questão ser tolerante quanto à presença do "boliviano" nos diferentes espaços sociais. O fato de os familiares não identificarem a existência de preconceito na escola brasileira, não significa que este não exista no município, nas inúmeras relações cotidianas entre estudantes e profissionais da educação ou de outras áreas, como relatam outras pesquisas (Pacola, 2021; Vernochi, 2022).

A participante P10 explicou a sua relação com a escola:

> É muito boa, tanto para ele como para a gente. Nós somos pais muito presentes, qualquer atividade a gente está apoiando, eu e o meu marido. E quando tem alguma atividade e a gente não podia vir trazer, a minha mãe e a minha cunhada vinham. Uma vez, eu fiquei doente; meu marido estava trabalhando, então minha cunhada e meu cunhado vieram com ele e participaram, porque tinha que estar a família presente. Então, eles vieram e fizeram o papel do pai e da mãe que não podiam estar presentes. Então, por isso, toda minha família sempre foi bem acolhida (P10).

P10 relata ter uma família participativa e presente na vida escolar do filho, o que caracteriza a existência de uma rede familiar de apoio. Garcia, Cia e Capellini (2022, p. 9) ressaltam que o "[...] envolvimento dos pais na escola pode levar a benefícios positivos para crianças e jovens, como maior frequência escolar, desenvolvimento da personalidade e alta atitude acadêmica e aprimorada em relação à escola [...]", concepção com a qual concordamos e acrescentamos ser em geral indicativo de experiências enriquecedoras no processo de escolarização.

Spinazola (2020) evidencia a existência de dificuldades em relação às instituições escolares elaborarem meios que visem proporcionar uma maior interação e aproximação com as famílias dos alunos. Considerando esse aspecto, questionamos os entrevistados se identificavam desafios no relacionamento com a escola e, em caso afirmativo, quais seriam estes.

> No momento não encontro nenhum desafio, porque os professores atendem muito bem meu filho. A escola tem refeitório, para mim está tudo bem. O que eu gostaria era que tivesse fonoaudiólogo aqui na escola, porque me contaram

> que antes aqui tinha fonoaudiólogo. Existem outros meninos, não é só meu filho que precisa de fonoaudiólogo, seria bom para eles (P1).
> Eu acho que na escola não tem nenhum problema. A família é que muitas vezes tem medo, porque eu tinha muito, muito medo, e por medo a gente acaba que fica calado. Então, eu acho que nessa acolhida tem que ter uma conversa com a família que vai entrar, com as novas famílias, para elas também darem seus pontos de vista, como elas sentem, o que elas entendem, se tem algum medo, se tem algum problema. Porque, quando a criança tem um problema a família fica com medo, do que ela vai fazer, se ele pode ser machucado, maltratado. E como ela não fala, não vai falar e ninguém vai falar. A minha mãe falava: "Quem vai falar se bateu no seu filho? E você está deixando ele na escola sozinho"; porque, ele ficou pequenininho ainda, tinha três anos (P10).

Embora afirme não identificar nenhum problema na escola, a entrevistada P10 expôs os seus receios, enfatizando o medo que as famílias têm em deixar seus filhos na escola e que esse é um processo difícil. A participante diz ser necessária uma acolhida inicial, de forma que as famílias possam se sentir mais confiantes e seguras.

Vieira (2021) relata que a evasão escolar de alunos com deficiência pode ser consequência da falta de acolhimento, pois muitas vezes eles são esquecidos dentro da sala de aula, sem um professor de apoio, sem aulas acessíveis, sendo excluídos de eventos, ou seja, sem a efetivação de um processo inclusivo. Talvez estes possam ser os motivos para o receio da participante, sendo assim necessário que as escolas demonstrem a disposição para estarem mais próximas das famílias, passando segurança aos seus familiares.

O entrevistado P1 fala sobre a necessidade de atendimento de fonoaudiologia na própria escola. Entendemos que a reivindicação é legítima, uma vez que pesquisas (Echevarrieta, 2022, Olmedo, 2015) têm evidenciado que a consultoria colaborativa no ambiente escolar, com profissionais de diferentes áreas como fonoaudiólogo, psicólogo em estreita parceria com professores e familiares, teria a possibilidade de conceber e implementar intervenções pedagógicas e terapêuticas no contexto educacional, visando à promoção e ao aprimoramento do processo de inclusão escolar. O NEEI, setor que responde pela Educação Especial no município, conta atualmente com a sua maioria de profissionais voltados para a educação. Esse setor é o responsável por supervisionar, orientar, atender, monitorar e divulgar os serviços de atendimento dos alunos público da Educação Especial nas escolas municipais, realizando orientações aos profissionais da educação (Corumbá, 2022).

Cabe salientar que antes da criação do NEEI, entre 2004 e 2022, a mesma estrutura denominava-se Centro Multiprofissional de Apoio ao Desenvolvimento Infanto-Juvenil (CMADIJ). Em seu início, o CMADIJ contava com uma equipe multiprofissional das áreas de educação e saúde exclusiva para atender aos alunos público da Educação Especial da rede

municipal de ensino: neurologista pediátrica, odontologista especializado, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogos e pedagogos (Trovo, 2023). Ao longo do tempo, mesmo antes de passar a ser denominado NEEI, o CMADIJ já vinha perdendo os seus profissionais da área da saúde para a APAE local e postos de saúde (Kassar *et al*., 2018).

Como mencionado por P1, esses atendimentos especializados fazem falta ao seu filho e aos demais estudantes das escolas municipais. A proposta inicial do CMADIJ era interessante, por concentrar em um único lugar todos os atendimentos especializados disponíveis na rede pública, sem que os estudantes público da Educação Especial tivessem que concorrer com a população em geral nos postos de saúde. Aos poucos, com a mudança de mandatos no Executivo municipal, os profissionais da saúde foram encaminhados para o CER da APAE (criado com recursos do SUS) (Kassar *et al*., 2018).

Outro ponto importante sobre a relação da família com a escola, diz respeito à comunicação. Duas participantes relataram possuir dificuldades em fazer uso da Língua Portuguesa: "Conversar com as professoras, às vezes ainda é um pouco difícil para mim, a língua portuguesa ainda é um desafio" (P4). "Para mim um desafio é a comunicação, eu quase não me comunico muito, quem consegue se comunicar melhor é o pai dele, por que eu não falo bem o português, acho o português bem difícil" (P5).

Além dos pais, os alunos também possuem dificuldades de compressão da Língua Portuguesa, o que é relatado em trabalhos que encontramos em nossa revisão de literatura. Conceição (2014) afirmou que os alunos compreendiam parcialmente o que era dito pelos docentes em sala de aula. A autora ainda destacou um trecho da fala de um aluno que afirmou: "[...] participo muito pouco, pois tenho vergonha de perguntar e de rirem por eu não saber o português direito, então prefiro me calar" (Conceição, 2014, p. 68).

A participante P2 informou a dificuldade de comunicação em relação à Libras, sugerindo que a escola proporcionasse também cursos de Libras para os pais, para que eles conseguissem aprender a se comunicar com seus filhos surdos:

> Eu acredito que seria bom que todos os professores soubessem Libras para que o meu filho aprendesse mais sobre Libras. [...] Também gostaria que minha família conseguisse se envolver mais na aprendizagem de Libras. Nós temos conhecimento em Libras, mas ainda é pouco seria bom se a escola pudesse oferecer algum curso, gostaria de aprender e ter uma comunicação melhor com eles (P2).

A literatura visibilizou o fato de que os alunos chegam às escolas sem conhecer a LSB, e nas escolas brasileiras passam a aprender a Libras, o que traz inúmeros desafios em seu

processo de escolarização (Loubet, 2017; Santos, 2020; Miranda, 2020). Essa dificuldade pode ser ainda mais sentida pelos pais que muitas vezes não possuem informações e acompanhamento da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial de origem boliviana em Corumbá-MS, na perspectiva de suas famílias. Como objetivos específicos, temos: a) mapear as produções recentes sobre a perspectiva das famílias dos estudantes público da Educação Especial, em relação à inclusão escolar; b) catalogar as produções recentes sobre a escolarização dos estudantes bolivianos nas escolas brasileiras; c) verificar as perspectivas das famílias participantes sobre a escolha por uma escola brasileira, a busca por escolarização no Brasil, os benefícios sociais, os serviços intersetoriais que auxiliam no processo de escolarização, e a relação família e escola.

Ao mapear as produções recentes sobre a escolarização dos estudantes bolivianos nas escolas brasileiras destacamos os trabalhos de Loubet (2017), Santos (2020) e Miranda (2020), que discutem a educação de alunos pertencentes ao público da Educação Especial, sobretudo eles dizem respeito a alunos surdos e a Libras no contexto fronteiriço. As pesquisas mostram que a presença de alunos imigrantes, ou mesmo os alunos "pendulares", que é o caso mais frequente nessa localidade, é um tema que necessita de atenção, uma vez que ainda são frequentes as menções ao preconceito e à falta de profissionais qualificados que possam suprir as demandas existentes, principalmente com relação à Língua Espanhola. Observa-se ainda a necessidade de pesquisas mais amplas que possam investigar as políticas municipais de forma geral, pois até então, os estudos têm focalizado em instituições específicas.

Ao mapear as produções recentes sobre a perspectiva das famílias dos estudantes públicos da Educação Especial, em relação à inclusão escolar, percebeu-se a existência de quantidade razoável de trabalhos (no total, foram selecionados sete trabalhos, sendo uma tese e seis dissertações). Essas pesquisas revelaram que as instituições escolares enfrentam dificuldades na elaboração de estratégias que promovam uma maior interação e aproximação com as famílias dos alunos, a fim de proporcionar uma relação de desenvolvimento com os estudantes.

Para a verificação da perspectiva das famílias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com familiares de alunos de origem boliviana que são atendidos pelo AEE ofertado pela rede municipal de ensino de Corumbá.

Sobre a escolha da escola, os entrevistados consideram que as escolas brasileiras parecem estar mais preparadas para atender pessoas com deficiência, pois segundo eles, estas possuem profissionais especializados, com maior qualificação. Alguns familiares relataram já ter matriculado os estudantes em escolas bolivianas, sem êxito para os alunos.

A respeito da mudança de vida em busca da escolarização, a maioria das famílias teve que readequar suas rotinas para conseguirem acompanhar seus filhos nas diferentes atividades cotidianas, como na ida à escola, em consultas médicas, no atendimento com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, entre outras. Alguns familiares optaram por sair de empregos formais e trabalhar como autônomos, para garantir o acompanhamento ao aluno. Foi uma resposta frequente também a mudança para o Brasil, de modo a facilitar a organização da rotina familiar.

Outro eixo elaborado partindo das respostas dos participantes foi acerca dos benefícios sociais que são oferecidos pelo governo brasileiro. Dos 10 entrevistados, seis responderam que não recebiam nenhum benefício social, por diferentes motivos, desde a falta de documentação, de informações, e até mesmo por nunca terem buscado acesso a eles. Quatro entrevistados responderam que faziam uso de benefícios sociais e que estes eram utilizados de forma a contribuir para a escolarização dos alunos, seja para a alimentação, o pagamento de terapias, medicamentos e nas despesas de casa.

Sobre os serviços intersetoriais que auxiliavam no processo de escolarização, o serviço mais utilizado pelos alunos, além da sala de recursos multifuncionais, era a equoterapia. Outros serviços também citados pelos participantes foram: fonoaudiologia, nutrição e atendimentos neurológicos pelo SUS. Esses serviços foram reconhecidos pelos familiares como importantes para o desenvolvimento dos estudantes. Os entrevistados que ainda não possuíam acesso a esses serviços relataram dificuldades, e mesmo preconceito ao buscarem atendimento especializado.

O último eixo elencado com as respostas dos participantes discorre sobre a relação família e escola. Os participantes relataram possuir uma boa relação com as escolas, porém esta ocorria mais frequentemente por meios de grupos em redes sociais. Alguns entrevistados apontaram dificuldades de comunicação, na compreensão da Língua Portuguesa, e dificuldades em aprender a Libras, para conseguirem se comunicar com seus filhos, demonstrando a necessidade de realização de cursos nas diferentes línguas (Português, Libras e Espanhol) para fomentar uma maior participação das famílias. Os entrevistados também informaram a falta de serviços intersetoriais que anteriormente eram oferecidos pela rede municipal de ensino, e que agora estão agrupados em uma instituição especializada privado-assistencial. Os relatos de preconceito nas escolas brasileiras foram descritos por Conceição (2014), Costa (2011, 2015), Araújo, Conceição e Carvalho (2015) e Vernochi (2022), porém em nossas respostas isso não foi observado.

As famílias são parte primordial no processo de inclusão escolar, e é importante que mais trabalhos possam ouvi-las e possam estimular a parceria entre elas e os profissionais das escolas. Esperamos que esta pesquisa seja percursora de outras investigações, que venham a

evidenciar esse público, proporcionando melhorias nas relações com as escolas, no processo de inclusão escolar.

Pretendemos realizar a devolutiva desta pesquisa para a comunidade, e principalmente para as famílias e os funcionários da escola na qual ela foi realizada. Serão discutidas as principais informações sobre a pesquisa, para o aprofundamento das discussões, em uma apresentação a ser realizada no primeiro semestre do ano de 2025, a fim de proporcionar a participação da comunidade e dos funcionários.

A realização desta dissertação acrescentou à minha formação, por agora atuar na educação, e possibilita um outro olhar a essas famílias, a fim de desenvolver na escola projetos que busquem desenvolver a inclusão dos alunos e da família, bem como combater o preconceito e a xenofobia.

Ressaltamos aqui a necessidade de realização de pesquisas que dialoguem com essa população, em outras escolas da região, também para investigar as percepções dos professores e gestores das escolas sobre a escolarização dos imigrantes com deficiência. Destacamos a necessidade de uma investigação mais ampla, sobre as ações desenvolvidas pelo município em relação à população de origem boliviana, sem concentrar-se nas mesmas escolas que já foram investigadas até o momento.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com as práticas de professores e gestores nas escolas, de forma que eles possam ter olhares mais atentos às famílias, promovendo uma escolarização humanizada, considerando as diferenças e a diversidade. Estas devem ser vivenciadas e respeitadas nas escolas e na sociedade, tendo em vista a educação e o desenvolvimento de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Mabel Marinho Sahib. **Transporte escolar em região de Fronteira:** aplicação e transferência de meios efetivos aos alunos da escola municipal CAIC "Padre Ernesto Sassida" e CEMEI "Catarina Anastácio da Cruz". 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2021. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2021/06/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MABEL-SAHIB.pdf Acesso em: 18 jan. 2024.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Conflito e integração nas fronteiras dos "brasiguaios". **Caderno CRH.** Salvador, v. 23, n. 60, p. 579 – 590, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a09.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

ARAUJO, Ana Paula Correia de; CONCEIÇÃO, Orsolina Fernandes da; CARVALHO, Luciane Coimbra de. A arrogância revelada no conflito: bolivianos e brasileiros no espaço escolar da cidade de Corumbá (MS). **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 145 – 162, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336645985_A_Arrogancia_Revelada_no_Conflito_Bolivianos_e_Brasileiros_no_Espaco_Escolar_da_Cidade_de_Corumba_MS. Acesso em: 27 jun. 2023.

ARF, Lucilene Machado Garcia; VELASQUE, Sabrina Rodrigues. O cotidiano dos professores e alunos pertencentes às escolas de fronteira. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n. 1, p. 103 – 114, jan. /jun. 2017. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/10757. Acesso em: 27 jun. 2023.

BARREDA, Suzana Vinicia Mancilla. **Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia) - Corumbá (Brasil).** Português língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Educação, Linguagem e Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: doi:10.11606/T.48.2017.tde-28062017-152350. Acesso em: 20 fev. 2024.

BARROS, Nedy de. **Descrição sociolinguística de textos de alunos bolivianos em escolas brasileiras de fronteira.** 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014.

BAYS, Sonia Aparecida *et al.* Educação na fronteira no entretempo 2010 a 2021: aproximações para a pesquisa em educação social. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 8, p. 11204 – 11215, 2023. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1581. Acesso em: 20 fev. 2024.

BENEVIDES, Maria Auxiliadora França. **Inclusão dos bolivianos nas salas de ensino regular da escola CAIC.** 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.

BENDER, Daniele Dornelles; GUARANY, Nicole Ruas. Efeito da equoterapia no desempenho funcional de crianças e adolescentes com autismo. **Revista de Terapia**

Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 3, p. 271 – 277, 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/114667. Acesso em: 29 nov. 2024.

BITTENCOURT, Daniele Francisca Campos Denardin de. **Relações entre família e escola:** a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22973/DIS_PPGEDUCACAO_2021_BITTENCOURT_DANIELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 4 set. 2023.

BOLIVIANOS buscam apoio para pessoas com deficiência. **Correio do Estado**, Corumbá, 11 jul. 2014. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/cidades/bolivianos-buscam-apoio-para-pessoas-com-deficiencia/221693/. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli. **Análise da política de inclusão escolar na perspectiva das famílias de estudantes público-alvo da educação especial.** 2020. 251 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14090. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Educação completa 10 anos com apenas 2 das 20 metas cumpridas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 28 fev. 2024a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1038666-plano-nacional-de-educacao-completa-10-anos-com-apenas-2-das-20-metas-cumpridas. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, 13 de julho de 1990.** Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001a. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Inclusiva.** Fundamentação filosófica. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Escolas de Fronteira.** Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF). Brasília: MEC, 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria n.º 798, de 19 de junho de 2012**. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-798-2012-06-19.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2024-2034):** política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Documento Referência. Brasília: MEC, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Portaria n.º 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília. DF, ano 138, p. 12, 19 jul. 2016. Disponível em: https://www.sedecti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/portaria_n%C2%BA_213_de_19_de_julho_de_2016.pdf. Acesso em 27 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRITO, Dorca Soares de Lima; SILVA, Aline Maira da. Famílias de crianças com deficiência e escola comum: necessidades dos familiares e construção de parceria. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 3, p. 1116-1134, set./dez. 2019. DOI: 10.14244/198271992684.

BOLÍVIA. Ley nº 070, de 20 de deciembre de 2010. Ley de la Educación – "Avelino Siñani – Elizardo Pérez". Disponível em: <http://www.minedu.gob.bo /index.php/pages/documentos-normativos-minedu/233-leyes/1524-ley-avelino-sinanielizardo-perez> Acesso em: 10 jan. 2024.

BUMLAI, Danielle Urt Mansur. **Ações interculturais nas escolas de fronteira:** integração e preservação da identidade. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014. Disponível em:

http://ppgefcpan.sites.ufms.br/files/2016/01/Danielle-Urt-Mansur-Bumlais-Duma.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

CÂNDIDO, Flávia Ramos. **Inclusão escolar de estudantes com deficiência visual do Distrito federal:** interface família e escola. 2023. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CONCEIÇÃO, Orsolina Silva Fernandez da. **Migração pendular nas cidades de Corumbá-Puerto Suarez:** uma análise dos alunos bolivianos nas escolas públicas de Corumbá-Brasil. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014. Disponível em: http://ppgefcpan.sites.ufms.br/files/2016/01/Orsolina-Fernandez.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024.

CORUMBA. **Lei Complementar n.º 315, de 16 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação, da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, acresce dispositivo a Lei Complementar n.º 115, de 26 de dezembro de 2007, e dá outras providências. Corumbá: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2022. Disponível em: https://do.corumba.ms.gov.br/portal/edicoes/download/4511#:~:text=315%2C%20DE%2016%20DE%20DEZEMBRO,dispositivo%20a%20Lei%20Complementar%20n%C2%BA. Acesso em: 7 jun. 2024.

CORUMBÁ. **Prefeitura discute protocolo de atendimento médico com representantes da Bolívia.** Corumbá: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2023a. Disponível em: https://ww2.corumba.ms.gov.br/2023/01/prefeitura-discute-protocolo-de-atendimento-medico-com-representantes-da-bolivia/. Acesso em: 24 jun. 2024.

CORUMBÁ. **Prefeitura reforça frota da educação inclusiva da Rede Municipal de Ensino com cinco novos veículos**. Corumbá: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2023b. Disponível em: https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeitura-reforca-frota-da-educacao-inclusiva-da-rede-municipal-de-ensino-com-cinco-novos-veiculos#:~:text=A%20Secretaria%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20conta%20com%2013%20salas%20de,Luiz%20de%20Albuquerque%20de%20Melo. Acesso em: 9 jun. 2024.

COSTA, Edgar Aparecido da. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 65-86, 2013. Disponível em: http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/304. Acesso em: 21 jul. 2023.

COSTA, Gustavo Villela Lima. As fronteiras da identidade em Corumbá-MS: significados, discursos e práticas. *In*: COSTA, Gustavo Villela Lima da; COSTA, Edgar Aparecido da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). **Estudos fronteiriços**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS. 2011. p. 69-98.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista de Estudos Fronteiriços**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2013. Disponível em:

https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/152. Acesso em: 5 dez. 2024.

COSTA, Gustavo Villela Lima. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflito e relações de poder. **MANA,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/JJ3VbPbqps3cr94JpVQVMdR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 jun. 2023.

DANTAS, Kaliny Oliveira; NEVES, Robson da Fonseca; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva; BRITO, Geraldo Eduardo Guedes de; BATISTA, Márcia do Carmelo. Repercussões do nascimento e do cuidado de crianças com deficiência múltipla na família: uma metassíntese qualitativa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, e00157918, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/scrMsWn7YC5wxSbVCQxWsRK/?format=pdf Acesso em: 20de dez. 2024

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 402 – 41, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828. Acesso em: 26 jun. 2023.

ECHEVARRIETA, M. A. C. **Constituição de uma equipe multiprofissional como proposta de atuação crítica em psicologia escolar. Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.** Dissertação (mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/231249/PPSM0083-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y Acessado em 5 de fev. 2025.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. Insegurança humana/econômica na zona de fronteira Brasil/Bolívia: o fechamento da feira Brasbol e impedimento ao trabalho decente em Corumbá/MS. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 19, n. 3, p. 200 – 232, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.33026/peg.v19i3.5912. Acesso em: 8 dez. 2024.

FERREIRA, Fabiane da Silva; REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. **RIAEE Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1307 – 1324, maio 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15127/11010. Acesso em: 20 out. 2023.

FERREIRA, André Soares; SUTTANA, Renato. O sujeito fronteiriço: identidade ou diferença. *In:* BRUNO, Marilda Moraes Garcia; SUTTANA, Renato (org.). **Educação, diversidade e Fronteira da In/ Exclusão.** Dourados: Editora da UFGD, 2012. p. 45 – 62. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1796. Acesso em: 7 jun. 2023.

FIRMINO, Yara da Silva Barbosa; NICÁCIO, Elda Bezerra Roque. A importância do LOAS na promoção e proteção da dignidade da pessoa humana. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 11, e6767, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n11-069. Acesso em: 29 nov. 2024.

FLORENCIANO, Karla Alexandra. **Biografando experiências vividas entre línguas:** apropriações do português por surdos brasiguaios. 2022. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5284/1/KarlaAlexandraBenitesFlorenciano.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

GARCIA, Luciana Marolla; CIA, Fabiana; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. A relação família e escola na visão de professores após curso de formação continuada. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1 – 17, jan./dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X65571. Acesso em: 7 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GODOY, Thiago da Silva. **A multiculturalidade na escola de fronteira.** 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2017/06/Thiago-Godoy.pdf Acesso em: 10 jan. 2024.

GOLIN, Carlo Henrique; ASSUMPÇÃO, Luis Otavio Teles. Educação intercultural em escolas fronteiriças: diálogos sobre fricções culturais na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 12, n. esp., p. 27 – 38, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/4215. Acesso em: 27 jun. 2023.

GOLIN, Carlo Henrique. **Educação Física escolar na fronteira Brasil-Bolívia:** desafios e dilemas interculturais. 2017. 266 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3142. Acesso em: 1 fev. 2024.

IBGE. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios_20230622.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

IBGE. **Panorama de Corumbá.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama. Acesso em: 29 jun. 2024.

JAIME, Cleber Santos. **CAIC - A Construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia.** 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010. Disponível em: http://ppgefcpan.sites.ufms.br/files/2016/01/Cleber-Santos-Jaime.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães *et al*. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um município de Mato Grosso do Sul. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 38, n. 106, p. 299 – 313, set. 2018.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; JANNUZZI, Gilberta de Martino. Educação Especial como política pública: um projeto do regime militar? **Education Policy Analysis Archives,** Tempe, v. 27, n. 61, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4479. Acesso em: 2 jan. 2024.

LIZEO, Lígia Maria de Almeida. **Relação família e escola de alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados no ensino fundamental I**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho", Araraquara, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/3f905b83-3253-4c99-92ac-cdc9bdc395af/content. Acesso em: 28 set. 2023.

LOPES, Nice Cleudes Borges. **Educação inclusiva e os desafios da relação entre a escola e a família:** a experiência da Rede Municipal de São Luís. 2021. 193 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/13992/1/nicecleudesborgeslopes.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,** Araraquara, v. 18, p. e023141, 2023. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958. Acesso em: 1 out. 2024.

LOSEKAN, Cristiana. **Espaços de participação política:** um estudo da Apae. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/12114. Acesso em: 1 nov. 2024.

LOUBET, Maurício. **Surdos brasileiros e bolivianos em destaque:** processo inclusivo em uma escola no município de Corumbá – MS. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017. Disponível em: https://ppgecpan.ufms.br/files/2017/06/MAUR%C3%8DCIO-LOUBET-SURDOS-BRASILEIROS-E-BOLIVIANOS-EM-DESTAQUE.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: USC, 2004. 1 CD-ROM. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

MELETTI, Silvia Marcia Ferreira. Apae Educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. Apae Educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. *In:* REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387 – 405, set. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 nov. 2024.

MIRANDA, João Paulo Romero. **Contato linguístico da modalidade espaço-visual:** Língua Brasileira de Sinais e Língua de Sinais Boliviana na fronteira. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215866. Acesso em: 28 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239 – 262, jul./set. 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2023.

NASCIMENTO, Isabela Ribeiro Villares; LIMA, Cláudia Araújo de Lima. Escolas de fronteiras no Brasil: nas trincheiras entre as políticas educacionais e o acesso à educação de qualidade. *In:* CONGRESO ALAS URUGUAY. LAS ENCRUCIJADAS ABIERTAS DE AMERICA LATINA LA SOCIOLOGÍA EN TIEMPOS DE CAMBIO, 31., 2017, Montevidéu. **Anais** [...]. Montevidéu, 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/2467_isabela_ribeiro_villares_nascimento.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; ALMEIDA, Renata Papa; AGUILAR, Mabel Sahib. Presenças de migrantes internacionais na educação e na assistência social em fronteira. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 61–74, 2020. DOI: 10.22456/1982-0003.100086. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/100086. Acesso em: 7 jan. 2025.

OLMEDO, Patrícia Blasquez, **Sem comunicação, há inclusão? Formação de educadores em Comunicação Alternativa para crianças com autismo.** 2015. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 25 de jun. 2023.

ONU. **Declaração dos Direitos da Criança.** ONU, 1959. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

PACOLA, Gilson. **Esporte escolar como fator de integração na fronteira Brasil-Bolívia:** uma análise nas escolas municipais de Corumbá-MS. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1shmreSK0oTalCy1FrKdnqCsv2mp4PawV/view?pli=1. Acesso em: 3 fev. 2024.

PASCOAL, Tânia Bernadete Perucci. **Observância das diretrizes legais aplicáveis ao ensino de história regional e local no currículo de duas escolas na fronteira**

Brasil/Bolívia. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2019. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2019/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O-T%C3%A2nia.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

PINHEIRO, Mary Cristina Olimpio; SILVA, Aline Maira da. Relação escola e família do aluno público-alvo da Educação Especial: revisão bibliográfica de dissertações e teses. *In:* CIA, Fabiana; SILVA, Aline Maira da (org.). **Relação família e escola:** pesquisas em Educação Especial. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. p. 95 – 115.

PINTO, Raiane Paim; SANTANA, Maria Luzia da Silva. A Educação Especial inclusiva em contexto de diversidade cultural e linguística: práticas pedagógicas e desafios de professoras em escolas de fronteira. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Bauru, v. 26, n. 3, p. 495 – 510, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/Vt9fXVCtsZDzD89RhtSfRds/abstract/?lang=pt. Acesso em: 1 nov. 2022.

PIVA, Susi Francis Amaral. **O preconceito na inclusão de alunos com deficiência na escola pública do Distrito Federal.** 2015. 68 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15455/1/2015_SusiFrancisAmaralPiva_tcc.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento - Diálogos em Educação**, *[S. l.]*, v. 29, n. 1, p. 57 – 70, 2020. Disponível em: https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357. Acesso em: 10 nov. 2024.

RABELO, Flávia Laryssa Gonzaga. **Processos de inclusão escolar de estudantes com deficiência na perspectiva de suas mães**. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45779. Acesso em: 1 nov. 2023.

RIBEIRO, Maria Lúcia Ortiz. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá-MS (BR)**. 2011. 70 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2011. Disponível em: http://ppgefcpan.sites.ufms.br/files/2016/01/Maria-Lucia-Ortiz-Ribeiro.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

RODRIGUES, Fernanda Martins Castro; AGRELOS, Camila da Silva Teixeira; NOZU, Washington Cesar Shoiti. Direito à Educação Especial em cidades gêmeas na faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul. *In:* CONTINI, Alaerte Antonio Martelli; CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; PREUSSLER, Gustavo de Souza. **Fronteiras e direitos humanos em perspectiva.** Curitiba: Íthala, 2019. p. 27 – 40.

RODRIGUES, Maria Beatriz Blanco Santana. **A relação escola e família do aluno com deficiência:** um estudo exploratório. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-

DOUTORADOEDUCACAO/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20Defendidas/MariaBeatrizBlancoSantanaRodrigues%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

ROQUEJANI, Ticiana Couto *et al*. Imigrantes com deficiência em contextos educacionais brasileiros: uma revisão sistemática. **Educação em Revista**, Marília, v. 25, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2024.v25.e024010. Acesso em: 31 out. 2023.

SANTOS, Lineise Auxiliadora Amarílio. **Educação bilíngue para surdos e identidade surda na fronteira Brasil-Bolívia.** 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2020/09/DISSERTA%C3%87%C3%83O-LINEISE-AMAR%C3%8DLIO.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, Tarissa Marques Rodrigues dos. **Olhares cruzados sobre a fronteira Brasil-Bolívia por meio da literatura infantil.** 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2021. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2021/06/DISSERTA%C3%87%C3%83O-TARISSA-RODRIGUES.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência e BPC: o que muda na vida das pessoas atendidas? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 787 – 796, 2011. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2011.v16suppl1/787-796/pt. Acesso em: 7 jun. 2024.

SANTOS, Fabiano Antônio dos; MARTINS, Barbara Amaral; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Olhares para a diversidade, inclusão escolar e exclusão social: contribuições da educação social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15 n. esp. 3, p. 2146 – 2166, 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14418. Acesso em: 1 nov. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. M. **Buscando componentes da parceria colaborativa na escola entre família de crianças com deficiência e profissionais.** 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/23613536-fae9-432f-a37a-281cb8acbbcd/content Acessado em: 5 de fevereiro de 2025.

SILVA, Norma Beppler Penido Ribeiro da. **Escola de fronteira:** proposta para alfabetização de alunos residentes na Bolívia que estudam na escola CAIC, em Corumbá/MS. 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/files/2017/06/Norma-Beppler.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Ana Maria de Vasconcelos; ALMEIDA, Luciane Pinho de. Fronteiras, mobilidades e desigualdades: uma reflexão sobre a escola de/na fronteira. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 707 – 724, ago. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a21.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.
SILVA, Anamaria Santana; SOUZA, Tammi Flavie P. B.; COSTA, Vanessa Caroline. Educação na Fronteira: crianças bolivianas em escolas brasileiras. *In:* KASSAR, Mônica de

Carvalho Magalhães (org.). **Diálogos com a diversidade:** desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 233 – 254.

SPINAZOLA, Cariza de Cássia. **Perspectiva materna sobre variáveis familiares e serviços oferecidos aos filhos com Síndrome de Down e/ou Autismo.** 2020. 134 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13760. Acesso em: 28 ago. 2024.

TAVANO, Patricia Teixeira; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Contexto migratório internacional e educação escolar fronteiriça: discussão acerca de estudos acadêmicos stricto sensu. **REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,** Brasília, v. 32, e 321843, 2024.

TEIXEIRA, Valquiria Prates Pereira. **Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola**: análise de garantias legais em países da América Latina. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-111711/publico/DissertacaoValquiriaPrates.pdf. Acesso em: 18 fev. 2024.

TROVO, Kariny Araujo Delgado. **Articulação do trabalho pedagógico do atendimento educacional especializado com o ensino regular na rede municipal de Corumbá (MS)**. 2023. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023. Disponível em: https://ppgecpan.ufms.br/files/2023/08/Dissertacao-KARINY-TROVO-versao-final.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

UFMS. **Portal do Mestrado em Estudos Fronteiriços.** Repositório de dissertações. Corumbá: UFMS, 2023. Disponível em: https://ppgefcpan.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2/. Acesso em: 25 jan. 2024.

UFMS. **Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços**. Corumbá: UFMS, 2024a. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1759. Acesso em: 25 jan. 2024.

UFMS. **Programa de Pós-Graduação em Educação.** Corumbá: UFMS, 2024b. Disponível em: https://ppgecpan.ufms.br/category/producao-academica/dissertacoes/. Acesso em: 25 jan. 2024.

UFMS. **Repositório Institucional.** Corumbá: UFMS, 2024c. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/. Acesso em: 25 jan. 2024.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais. Espanha: UNESCO, 1994.

VERNOCHI, Alcino Gabriel da Silva. **Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço:** uma análise de estudo de caso em Corumbá-MS. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5670. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Camila de Velasco e. **Caminhos, dificuldades e acertos da escola regular na inclusão de pessoas com Síndrome de Down**: relato de pais. 2021. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/f4891e05-fbec-40c6-ae86-8f5fae872aa8/content. Acesso em: 20 set. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA PELA INSTITUIÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Tendo em vista a solicitação de pesquisa da mestranda **Aurilucia Araújo Galeno**, intitulada **"Escolarização do público-alvo da educação especial na fronteira Brasil-Bolívia: a perspectiva das famílias"**, sob a orientação da Professora Dra. Andressa Santos Rabelo, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Câmpus do Pantanal (CPAN), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), informamos que esta segue autorizada pela Secretaria Municipal de Educação de Corumbá.

Reiteramos o reconhecimento da relevância do estudo e autorizamos a realização da coleta de dados em escolas da Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS, mediante assinatura do Termo de Livre Consentimento pelos sujeitos da pesquisa.

Em relação aos documentos solicitados, colocamos à disposição a Gerência de Gestão de Políticas Educacionais para subsidiar a pesquisa no que se fizer necessário.

Corumbá, 14 de novembro de 2023.

Maria do Carmo P. de Arruda Brum
Secretária Adjunta Mun. de Educação
Portaria "P" n.º 22 - 01/01/2021
SEMED

MARIA DO CARMO PROVENZANO DE ARRUDA BRUM
Secretária Adjunta Municipal de Educação
Portaria "P" nº 22 de 01 de janeiro de 2021

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

a) Motivação para a opção pela escolarização no Brasil

- Há quanto tempo seu filho estuda em escola pública brasileira? Há quanto tempo seu filho estuda nesta escola específica?
- Quais os motivos para você optar por matricular seu filho em uma escola pública brasileira?

b) Estratégias desenvolvidas para o acesso à educação e demais serviços públicos

- O que você e sua família tiveram que fazer para conseguir matricular o seu filho em uma escola brasileira?
- Foi necessária alguma estratégia para garantir que o seu filho frequente às aulas? (Por exemplo, mudanças de cidade, auxílio de amigos e familiares, entre outros).

Em caso afirmativo, quais estratégias foram utilizadas por você e sua família?

- O seu filho frequenta outros serviços públicos (na área da saúde, assistência social, entre outros) no Brasil?

Em caso afirmativo, quais?

- Foi necessária alguma estratégia para garantir que o seu filho frequente tais serviços?

Em caso afirmativo, quais estratégias foram utilizadas por você e sua família?

c) Acolhimento e desafios enfrentados pelos estudantes e suas famílias na escola brasileira

- Sua família é acolhida pela escola?

Em caso afirmativo, como você acha que a escola demonstra tal acolhimento?

- Como é a sua relação com a escola?
- Como é a relação da sua família com a escola?
- Você identifica desafios no relacionamento com a escola?

Se sim, quais?

d) Repercussões e influências dos serviços de Educação Especial e intersetoriais no processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial

- Seu filho recebe Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

Em caso afirmativo, quais atividades ele realiza no AEE nas salas de recursos multifuncionais ou em outros espaços da escola?

- Caso o seu filho frequente outros serviços públicos, você identifica alguma contribuição desses serviços na escolarização do seu filho?

- Sua família tem acesso ao Bolsa Família ou recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)?

Se sim, você identifica alguma contribuição desse benefício para a escolarização do seu filho?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM PORTUGUÊS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é **Aurilucia Araújo Galeno** Estou desenvolvendo a pesquisa intitulada ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: A perspectiva das famílias, com a colaboração de Andressa Santos Rebelo. Nesta pesquisa temos por objetivo compreender a perspectiva de famílias brasileiras com descendência boliviana, residentes na cidade de Corumbá/MS, sobre o processo de escolarização de seus filhos pertencentes ao público-alvo da Educação Especial, e como objetivos específicos:

a) Compreender a motivação e identificar as estratégias das famílias participantes ao buscarem atendimento educacional e demais serviços públicos no Brasil;

b) Conhecer a relação família e escola, as condições de acolhimento e possíveis desafios enfrentados pelas famílias desses estudantes;

c) Identificar o impacto das políticas educacionais e intersetoriais no processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial pertencentes a famílias de origem boliviana, que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola pública na região de fronteira, em Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Os procedimentos metodológicos consistem em revisão de bibliográfica e análise de documentos oficiais de domínio público. A pesquisa será apresentada para a instituição e solicitada a autorização para a sua realização. Posteriormente, será realizada a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) da UFMS. Após a obtenção de autorização para a realização da pesquisa de campo, a pesquisa será apresentada aos profissionais que atuam na escola indicada pela Secretaria de Municipal de Educação da cidade de Corumbá, em uma reunião a ser previamente agendada com diretores e coordenadores, bem como membros de famílias de origem boliviana residentes no Brasil, que tem filhos matriculados em uma escola municipal de Corumbá e que recebem atendimento educacional especializado.

Na ocasião, os possíveis participantes serão informados sobre os procedimentos metodológicos e os cuidados éticos. Será explicado que sua participação é VOLUNTÁRIA, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Caso deseje mudar de ideia durante o trabalho da pesquisa, avise-nos, para que possa ser decidido com o senhor ou senhora o descarte dos dados. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro, portanto os riscos de ser identificado, são inexistentes. Não identificaremos a fonte dos nossos dados bem como usaremos nomes fictícios para a análise dos resultados.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do(a) participante da pesquisa e outra do pesquisador. Somente após as assinaturas destes Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), serão realizadas entrevistas. Serão recrutados 10 participantes.

A sua participação consistirá em conceder uma entrevista que aborde essa temática. O agendamento do dia e horário das entrevistas será feito de acordo com a sua disponibilidade. O local para a realização das entrevistas será a sala de reuniões da escola indicada pela SEMED Corumbá, com agendamento prévio, para que o ambiente selecionado

não acarrete prejuízos à realização da pesquisa, seja por interferências externas ou a sua exposição na coleta dos dados. A entrevista será realizada individualmente, objetivando que os impactos às suas atividades sejam os menores possíveis.

Para o registro das entrevistas, será utilizado gravador de áudio portátil marca Sony, modelo ICD- PX 333. As entrevistas terão duração aproximada de 60 minutos. Após a realização das entrevistas, os registros em áudio serão transcritos em textos pela pesquisadora.

As informações levantadas terão uso restrito, apenas pelos pesquisadores envolvidos. Os dados coletados nas entrevistas ficarão sob a responsabilidade do pesquisador conforme a Resolução CNS/MS nº 466/2012 (Item XI.2, alínea f), por um período mínimo de 05 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Os dados coletados nas entrevistas serão analisados a partir das categorias, elaboradas *a priori*: a) Motivação para a busca por atendimento educacional no Brasil; b) Estratégias desenvolvidas para o acesso ao atendimento público; c) Acolhimento e desafios enfrentados pelos estudantes e suas famílias na escola brasileira; d) Impacto das políticas de Educação Especial e intersetoriais no processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Após o término da pesquisa, será realizada a devolutiva dos resultados para a SEMED Corumbá, por meio de uma apresentação as famílias participantes, escola e profissionais da secretaria, essa apresentação será aberta à comunidade em geral, em data a ser agendada junto à direção da escola.

Salientamos que existem benefícios em colaborar na pesquisa como: um momento de ser ouvido sem julgamentos; um espaço seguro para trazer as suas reflexões sobre o processo de escolarização e inclusão escolar de seus filhos. Sua colaboração nesta pesquisa contribuirá com os estudos sobre escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial em escolas da região de fronteira internacional Brasil-Bolívia, sendo o seu relato muito importante para a realização da pesquisa. Espera-se que esse estudo contribua para que os gestores e governantes possam tomar decisões assertivas no tocante às políticas públicas de Educação Especial.

Os riscos previstos quanto à sua participação nesta pesquisa referem-se aos "riscos mínimos" para os participantes. Chamamos de "riscos mínimos" segundo a definição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, os riscos que se tem na própria existência, algo que não pode ser qualificado ou quantificado com alguma propriedade. Em caso de desconfortos e riscos decorrentes da sua participação na pesquisa, salientamos, que os riscos se referem ao tempo que destinará para participar da entrevista, pois é possível que deixe de executar suas atividades rotineiras e cotidianas. Ou também possa ocorrer possíveis constrangimentos quanto à argumentação, ou desinteresse em responder a alguma questão. Para a questão de constrangimento, esclareceremos, que a qualquer momento o entrevistado poderá deixar de participar do estudo, assim como tem o direito de não responder a quaisquer questões, e essa ação não representará dano algum ao entrevistado. Será assegurado aos participantes da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento, assistência integral e orientação, conforme o caso, enquanto necessário, por qualquer inconveniente dela decorrente.

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você (e seu acompanhante, se houver) será ressarcido (a). V**ocê tem direito à indenização em caso de danos (não apenas materiais) decorrentes da pesquisa**. Se for necessário, faremos o devido encaminhamento para o atendimento com um profissional da área de Psicologia, na clínica de psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, haverá indenização. Garante-se a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, de acordo com a Resolução nº 466/2012, II.7 ("indenização - cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa").

Os resultados deste estudo serão utilizados para a elaboração do relatório final de dissertação e divulgados em revistas especializadas e congressos científicos. A identificação dos participantes não aparecerá nos relatórios da pesquisa, ou seja, as pessoas envolvidas não serão identificadas em nenhum momento da pesquisa. Sendo assim, o convidamos a participar deste trabalho e pedimos a sua anuência, assinando este documento. Por favor, complete-o, informando se o senhor ou a senhora concorda:

CONSENTIMENTO

Eu,_____declaro para os devidos fins que fui suficientemente informado(a) a respeito do protocolo de pesquisa em estudo e que li, ou que foram lidas para mim, as premissas e condições deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Concordo em participar da pesquisa proposta e das condições aqui expostas e a mim apresentadas.

( ) Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e com a gravação de áudio da respectiva entrevista a ser realizada.

_____
Assinatura do (a) Participante
Corumbá, MS / /

- O contato com Aurilucia Araújo Galeno ou Andressa Santos Rebelo poderá ser realizado pelos e-mails aurilucia.araujo@ufms.br e andressa.rebelo@ufms.br, ou pelo endereço Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal. Unidade III. Rua Domingos Sahib, 99. Bairro Cervejaria. Caixa Postal 252. CEP: 79.300-130. Corumbá- MS. Telefone: +55-67-32346215.

CONTATO COMITÊ DE ÉTICA:
Caso você tenha alguma dúvida sobre a ética dessa pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – telefone: (67) 3345-7187. Agradecemos sua participação.

DECLARAÇÃO
Declaro que obtive livremente, de forma apropriada e voluntariamente, o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do(a) participante em questão, para efetiva participação na pesquisa.

_____
Aurilucia Araújo Galeno
Corumbá, MS / /

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM ESPANHOL

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO

Mi nombre es **Aurilucia Araújo Galeno** Estoy desarrollando la investigación titulada ESCOLARIZACIÓN DEL PÚBLICO-OBJETIVO DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA FRONTERA BRASIL-BOLÍVIA: La perspectiva de las familias, en colaboración con Andressa Santos Rebelo. En este estudio, nuestro objetivo es comprender la perspectiva de las familias brasileñas con descendencia boliviana, residentes en la ciudad de Corumbá/MS, sobre el proceso de escolarización de sus hijos pertenecientes al público-objetivo de la Educación Especial, nuestras metas específicas son:

a) Comprender la motivación e identificar las estrategias de las familias participantes al buscar atención educativa y otros servicios públicos en Brasil;

b) Conocer la relación entre la familia y la escuela, las condiciones de acogida y los posibles desafíos enfrentados por las familias de estos estudiantes;

c) Identificar el impacto de las políticas educativas e intersectoriales en el proceso de escolarización de los alumnos pertenecientes al público objetivo de la Educación Especial, de familias de origen boliviano, que reciben Atención Educativa Especializada (AEE) en una escuela pública en la región fronteriza de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Los procedimientos metodológicos consisten en una revisión bibliográfica y análisis de documentos oficiales de dominio público. La investigación será presentada ante la institución correspondiente y se solicitará autorización para llevarla a cabo. Posteriormente, se presentará el proyecto al Comité de Ética en Investigación con Seres Humanos (CEP, portugués) de la UFMS. Después de obtener la autorización para llevar a cabo la investigación de campo, esta se presentará a los profesionales que trabajan en la escuela indicada por la Secretaría Municipal de Educación de la ciudad de Corumbá, en una reunión previamente marcada con directores, coordinadores y miembros de familias de origen boliviano residentes en Brasil, que tengan hijos matriculados en una escuela municipal de Corumbá y que reciban atención educativa especializada.

En esa ocasión, los posibles participantes serán informados sobre los procedimientos metodológicos y los cuidados éticos. Se les explicará que su participación es VOLUNTARIA, es decir, no es obligatoria, y que tienen plena autonomía para decidir si desean o no participar, así como para retirar su participación en cualquier momento. No sufrirán ningún perjuicio si deciden no consentir su participación o si deciden retirarse. Si desean cambiar de opinión durante el desarrollo de la investigación, por favor infórmenlo para decidir juntos la eliminación de los datos. Sin embargo, su participación es muy importante para llevar a cabo la investigación.

Se garantizará la confidencialidad y privacidad de la información proporcionada por usted. Cualquier dato que pueda identificarlo será omitido en la divulgación de los resultados de la investigación, y el material se almacenará en un lugar seguro, por lo que los riesgos de ser identificado son inexistentes. No identificaremos la fuente de nuestros datos y utilizaremos nombres ficticios para el análisis de los resultados.

Este término se redacta en dos copias, una para el participante de la investigación y otra para el investigador. Solo después de firmar estos Términos de Consentimiento Libre y Aclarado (TCLE, portugués) se llevarán a cabo las entrevistas. Se reclutará 10 participantes.

Su participación consistirá en conceder una entrevista que aborde esta temática. La programación de la fecha y hora de las entrevistas se realizará según su disponibilidad. El lugar para llevar a cabo las entrevistas será la sala de reuniones de la escuela indicada por la SEMED Corumbá, con una programación previa para evitar interferencias externas o su exposición durante la recolección de datos. La entrevista se realizará de forma individual, con el objetivo de minimizar al máximo los impactos en sus actividades.

Para registrar las entrevistas, se utilizará un grabador de audio portátil marca Sony, modelo ICD-PX 333. Las entrevistas tendrán una duración aproximada de 60 minutos. Después de realizar las entrevistas, la investigadora transcribirá los registros de audio en textos.

La información recopilada se utilizará únicamente por los investigadores involucrados. Los datos recopilados en las entrevistas estarán bajo la responsabilidad del investigador de acuerdo con la Resolución CNS/MS nº 466/2012 (Ítem XI.2, subpunto f), durante un período mínimo de 05 (cinco) años después de finalizada la investigación.

Los datos recopilados en las entrevistas se analizarán a partir de las categorías elaboradas previamente: a) Motivación para buscar atención educativa en Brasil; b) Estrategias desarrolladas para acceder a la atención pública; c) Acogida y desafíos enfrentados por los estudiantes y sus familias en la escuela brasileña; d) Impacto de las políticas de Educación Especial e intersectoriales en el proceso de escolarización de los alumnos pertenecientes al público objetivo de la Educación Especial.

Después de finalizar la investigación, se realizará una devolución de los resultados a la SEMED Corumbá, a través de una presentación a las familias participantes, la escuela y los profesionales de la secretaría. Esta presentación será abierta a la comunidad en general, en una fecha que se acordará con la dirección de la escuela.

Queremos destacar que hay beneficios en colaborar en la investigación, como tener un espacio para ser escuchado sin juicios y para reflexionar sobre el proceso de escolarización e inclusión escolar de sus hijos. Su colaboración en esta investigación contribuirá a los estudios sobre la escolarización de alumnos pertenecientes al público objetivo de la Educación Especial en escuelas de la región fronteriza internacional entre Brasil y Bolivia, siendo su testimonio muy importante para llevar a cabo la investigación. Se espera que este estudio contribuya a que los gestores y gobernantes puedan tomar decisiones acertadas respecto a las políticas públicas de Educación Especial.

Los posibles riesgos asociados a su participación en esta investigación se refieren a los "riesgos mínimos" para los participantes. Según la definición de la Comisión Nacional de Ética en Investigación del Ministerio de Salud, los "riesgos mínimos" son aquellos que se relacionan con la propia existencia, algo que no puede ser cualificado o cuantificado de manera precisa. En caso de experimentar incomodidades o riesgos derivados de su participación en la investigación, es importante destacar que estos se refieren al tiempo que dedicará para participar en la entrevista, lo que podría interferir con sus actividades rutinarias. También podría experimentar cierto grado de incomodidad al expresarse o quizás desinterés en responder alguna pregunta. Es fundamental aclarar que en cualquier momento durante la investigación, usted tiene el derecho de dejar de participar en el estudio o de no responder a ciertas preguntas, y esta decisión no le causará ningún perjuicio. Se garantizarán a los participantes de la investigación las condiciones de seguimiento, tratamiento, asistencia integral y orientación, según corresponda, para cualquier inconveniente derivado de la misma.

En caso de gastos relacionados con su participación en la investigación, usted (y su acompañante, en caso de haberlo) será reembolsado(a). Asimismo, tiene derecho a indemnización en caso de sufrir daños (no solo materiales) como resultado de la investigación. Si fuera necesario, se le proporcionará asistencia de un profesional del área de Psicología en la clínica de psicología de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. En caso de sufrir algún daño como consecuencia de su participación en la investigación, se le

garantizará una indemnización de acuerdo con la Resolución nº 466/2012, II.7 ("indemnización: cobertura material para reparar el daño causado por la investigación al participante de la investigación").

Los resultados de este estudio se utilizarán para elaborar el informe final de la disertación y se divulgarán en revistas especializadas y congresos científicos. La identificación de los participantes no aparecerá en los informes de la investigación, es decir, las personas involucradas no serán identificadas en ningún momento del estudio. Por lo tanto, lo invitamos a participar en este trabajo y le solicitamos su consentimiento, firmando este documento. Por favor, complételo indicando si está de acuerdo:

CONSENTIMIENTO

Yo, _____ declaro para los fines pertinentes que he sido debidamente informado(a) sobre el protocolo de investigación en estudio y que he leído, o que me han leído, las premisas y condiciones de este Término de Consentimiento Libre y Aclarado. Acepto participar en la investigación propuesta y las condiciones aquí expuestas y presentadas ante mí.

( ) Acepto voluntariamente participar en esta investigación y la grabación de audio de la entrevista respectiva que se realizará.

_____
Firma del (a) Participante
Corumbá, MS / /

- Para comunicarse con Aurilucia Araújo Galeno o Andressa Santos Rebelo, puede enviar un correo electrónico a aurilucia.araujo@ufms.br y andressa.rebelo@ufms.br, o escribir a la siguiente dirección: Universidad Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal. Unidad III. Calle Domingos Sahib, 99. Barrio Cervejaria. Apartado Postal 252. CEP: 79.300-130. Corumbá- MS. Teléfono: +55-67-32346215.

CONTACTO CON EL COMITÉ DE ÉTICA:
Si tiene alguna duda sobre la ética de esta investigación, comuníquese con el Comité de Ética en Investigación de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) al teléfono: (67) 3345-7187. Agradecemos su participación.

DECLARACIÓN
Declaro que he obtenido libremente, de manera adecuada y voluntaria, este Término de Consentimiento Libre y Aclarado (TCLE, portugués) del(a) participante en cuestión, para su efectiva cooperación en la investigación.

_____
Aurilucia Araújo Galeno
Corumbá, MS / /

APÊNDICE E – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

Pesquisador: Aurilucia Araujo Galeno

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77292923.0.0000.0021

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.757.041

Apresentação do Projeto:

¿A cidade de Corumbá, localizada no estado de Mato Grosso do Sul (MS), foi fundada em 1778. Atualmente possui um pouco mais de 94 mil habitantes (IBGE, 2022), estando situada na fronteira com a Bolívia, a partir da cidade de Puerto Quijarro. O que tem se observado nos últimos anos em relação a educação nesta região de fronteira é que houve um aumento expressivo de famílias que moram na Bolívia, que possuem dupla nacionalidade (boliviana e brasileira), e que tem vindo a Corumbá em busca de atendimento educacional e atendimento educacional especializado. Esse movimento tem aumentado as demandas para a Educação Especial, que no Brasil abrange as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Considerando esse contexto de diversidade cultural e linguística, nesta pesquisa temos por objetivo compreender a perspectiva de famílias brasileiras com descendência boliviana, residentes na cidade de Corumbá/MS, sobre o processo de escolarização de seus filhos pertencentes ao público-alvo da Educação Especial. Quanto aos procedimentos metodológicos, iniciaremos a pesquisa fazendo levantamento de literatura, para conhecer os estudos já realizados, faremos a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturada com familiares destes alunos, e posteriormente analisaremos todo o material para compreender como tem ocorrido o processo de escolarização desses estudantes¿ (TEXTO DO PESQUISADOR).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisa está estruturada para ser realizada na rede pública municipal de Corumbá, sendo oportuno ressaltar que a pesquisadora cumpriu as pendências anteriormente apontadas em sua integralidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que a pesquisadora cumpriu todos os apontamentos do parecer anterior, não há, no momento e salvo melhor juízo, quaisquer obstáculos éticos ao desenvolvimento da pesquisa, sendo este parecer pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

É de responsabilidade do pesquisador submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Informações sobre os relatórios parciais e final podem acessadas em https://cep.ufms.br/relatorios-parciais-e-final/

CONFIRA AS ATUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS NA PÁGINA DO CEP/UFMS

1) Regimento Interno do CEP/UFMS

Disponível em: https://cep.ufms.br/novo-regimento-interno//

2) Calendário de reuniões: https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2023//

3) Etapas do trâmite de protocolos no CEP via Plataforma Brasil

Disponível em: https://cep.ufms.br/etapas-do-tramite-de-protocolos-no-cep-via-plataforma-brasil//

4) Legislação e outros documentos:

Resoluções do CNS.

Norma Operacional nº001/2013.

Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde.

Cartas Circulares da Conep.